



UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JEAN PIERRE MORAIS CAPUCHINHO

TRAJETÓRIAS DE JOVENS APRENDIZES FLUMINENSES
EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Rio de Janeiro
2015

JEAN PIERRE MORAIS CAPUCHINHO

**TRAJETÓRIAS DE JOVENS APRENDIZES FLUMINENSES
EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Profa. Dr.^a Laélia Carmelita
Portela Moreira

Rio de Janeiro
2015

FICHA CATALOGRÁFICA: Sistema de Bibliotecas da Estácio

Capuchinho, Jean Pierre Morais

Trajatórias de jovens fluminenses em busca de qualificação profissional.

Jean Pierre Morais Capuchinho - Rio de Janeiro, 2015

126 f.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Laélia Carmelita Portela Moreira

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá.

CDD:

**TRAJETÓRIAS DE JOVENS APRENDIZES FLUMINENSES
EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

JEAN PIERRE MORAIS CAPUCHINHO

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr.^aLaélia Moreira
Universidade Estácio de Sá

Professor Dr. Jorge Atílio Iulianelli
Universidade Estácio de Sá

Professora Dr.^aAlexandra Garcia Lima
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

DEDICATÓRIA

Dedicado a Crisley, mulher que, entre tantas e tantas razões para seguir, deu-me as maiores razões para seguir: João Pedro e Felipe Augusto.

AGRADECIMENTOS

A minha mulher, Crisley Dias, pelo apoio, amor, carinho, dedicação e pela extrema paciência com minhas ausências justificadas pela necessidade de conjugação da rotina trabalho-pesquisa.

Aos meus filhos, João Pedro e Felipe Augusto, pela compreensão nos vários momentos em que a mesma rotina trabalho-pesquisa não me permitiu dedicar a eles o tempo e a atenção que merecem.

A todos os Professores com quem convivi ao longo da minha vida escolar.

Aos meus pais, pela dedicação, educação, luta e por tudo que me ensinaram.

A minha irmã, Janice, e ao meu maninho Jorge Paulo, pela parceria de sempre.

A minha orientadora, Laélia Moreira, por ter me escolhido, pelo tanto que me ensinou, pela cobrança e pela paciência.

Aos Professores Jorge Atílio e Alexandra Garcia que, gentilmente, aceitaram o convite para participar da banca examinadora deste estudo.

Aos meus colegas de curso, pela convivência, debates, trocas de experiências e por tudo o que aprendi com eles.

E ao bom Deus, em todas as suas formas de representação, eu agradeço!

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Esta máquina é a da escola pública”.

Anísio Teixeira

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de conhecer as trajetórias de um grupo de jovens aprendizes do Rio de Janeiro que buscam formação profissional para a inserção no mundo do trabalho, através da participação em cursos de qualificação oferecidos por uma Organização Não Governamental (ONG) chamada CAMP Mangueira, que por sua vez, mantém convênio com empresas que contratam jovens de acordo com a Lei 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, que determina que as empresas enquadradas nas categorias de médio e grande porte tenham em seus quadros funcionais percentuais de 5 a 15% de jovens cujas tarefas impliquem em formação profissional. Durante o desenvolvimento deste estudo foram apresentados depoimentos dos sujeitos acerca de suas percepções sobre os cursos de formação dos quais participam, as dificuldades enfrentadas em suas caminhadas e o significado atribuído à formação para o trabalho para estes jovens. Para tanto, fez-se necessária uma apresentação do histórico das políticas públicas voltadas para este segmento da população, seus ciclos de implantação, marcos de referência, conceitos e leis que regulam o tema da formação de jovens para o mundo do trabalho, no âmbito do Programa Jovem Aprendiz. O referencial teórico teve como base a abordagem do Ciclo de Políticas dos autores Stephen Ball e Richard Bowe, a partir dos estudos sobre políticas apresentados por Mainardes (2006). O tema das trajetórias teve como referência a abordagem de Dubar (1991), com menção ao conceito de habitus, criado por Bourdieu (1978). A pesquisa apresenta um breve histórico das políticas públicas sobre o tema, seguida de uma pesquisa de campo, que teve como ferramenta para coleta de dados a realização de entrevistas no modelo grupo focal, do qual participaram 12 alunos dos cursos profissionalizantes oferecidos pela ONG em que estudam. Os resultados mostraram que os sujeitos atribuem à ONG que escolheram para formação complementar (e não à escola) um papel de mediadora principal na relação entre as empresas que oferecem as vagas e os próprios jovens que se propõem a disputá-las. De um modo geral, os sujeitos atribuem a este mediador a função e o mérito de lhes abrir as portas para a primeira oportunidade de trabalho como aprendiz que, por conseguinte, poderá lhes servir de trampolim para a conquista de um emprego formal, seja na própria empresa que os

tiver contratado, seja em outra que reconheça naquela primeira atividade alguma experiência que constitua uma importante linha no currículo deste novo trabalhador que vá influenciar positivamente no rumo de suas trajetórias.

Palavras-Chave: políticas para juventude, jovens aprendizes, qualificação profissional.

ABSTRACT

The objective of this research was to know the trajectories of a group of young apprentices of Rio de Janeiro seeking vocational training for entering the world of work, through participation in training courses offered by a Non Governmental Organization (NGO) called CAMP hose, which in turn, has an agreement with companies that hire young people according to what advocates the Law 10.097 / 2000, expanded by Federal Decree No. 5,598 / 2005, which states that companies classified in the categories of medium and large take their percentage staffs 5-15% of young people whose duties involve in vocational training. During the development of this study were presented testimonies of individuals about their perceptions of the training courses in which they participate, the difficulties faced in their walks and the meaning attributed to training for work for these young people. For this, it was necessary a presentation of the history of public policies aimed at this segment of the population, their deployment cycles, benchmarks, concepts and laws that regulate the issue of training young people for the world of work under the Young Apprentice Program. The theoretical framework was based on the Policy Cycle approach of the authors Stephen Ball and Richard Bowe, from studies on policies presented by Mainardes (2006). The theme of the trajectories had reference to the approach of Dubar (1991), mentioning the concept of habitus, created by Bourdieu (1978). The survey sought to present a brief history of public policies on the subject, followed by a field of research that had as a tool for data collection conducting interviews in the focus group model, which was attended by 12 students of professional courses offered by the NGO in they study. The results showed that the subjects attribute to the NGO chosen for further training (not the school) a role of primary mediator in the relationship between companies offering vacancies and young people themselves who propose to dispute them. Generally, the subjects attribute to this mediator function and the merit of opening their doors for the first job opportunity as an apprentice who therefore can serve them as a springboard for the conquest of a formal job, either in itself company that has hired, or in another that recognizes that first activity some experience that constitutes an important line in the curriculum of this new worker to go positively affect the course of their careers.

Keywords: Policies for youth. Young apprentices. Professional qualification.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICO E TABELA

Figura 1	Pátio interno da ONG CAMP Mangueira	69.
Figura 2	Portão de entrada da ONG CAMP Mangueira.....	70
Figura 3	Prédio da ONG CAMP Mangueira.....	70
Figura 4	Laboratório de Informática da ONG CAMP Mangueira.....	72
Figura 5	Formandos da 60ª turma de Aprendizizes da ONG CAMP Mangueira.....	73
Figura 6	CIEP Nação Mangueirense, situado no mesmo complexo da ONG CAMP Mangueira.....	74
Figura 7	Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	75U

GRÁFICO

Gráfico Estudo, trabalho e desocupação dos jovens no Brasil.....29

TABELA

Tabela Taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais, de idade segundo as Grandes Regiões – 2012/2013.....	31
--	----

LISTA DE SIGLAS

CAMP	Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CEFET	Centro Federal Tecnológico
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GRES	Grêmio Recreativo Escola de Samba
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE-FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPPJ	Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Juventude
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
TCLE	Termo de Livre Consentimento Esclarecido
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
3 JUVENTUDE, TRABALHO E ESTUDO	28
4 SOBRE A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
4.1 Ciclos de políticas públicas para a educação: caminhos percorridos da origem à eventual implementação.....	36
4.1.2 Conhecendo os contextos das políticas públicas para a educação....	38
4.1.2.1 Contexto de influência.....	38
4.1.2.2 Contexto da produção de textos das políticas.....	39
4.1.2.3 Contexto da prática.....	39
5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE E CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ)	41
5.1 Formação do jovem para o trabalho: para ofertar direitos ou para diminuir o perigo?	43
5.2 Programa Jovem Aprendiz enquanto opção para inserção do jovem no mundo do trabalho.....	46
5.3 Programa Jovem Aprendiz: além de entrar na empresa, o jovem quer se manter no trabalho.....	48
5.4 O Projovem como alternativa para redução das desigualdades sociais	53
5.5 O jovem como protagonista de mudanças sociais.....	55
5.6 Expectativas e comportamentos das juventudes em relação ao mundo do trabalho.....	57
6 SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS JOVENS.....	62
6.1 Metodologia.....	63
7 CONHECENDO O LOCUS DA PESQUISA.....	68
8 REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL	76
9 RESULTADOS DA PESQUISA	78
9.1 Percepção dos jovens.....	78
10 CONCLUSÃO	96
11 REFERÊNCIAS.....	102

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (TCLE)

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS UTILIZADO NO GRUPO FOCAL
COM TCLE

ROTEIRO

ANEXOS

ANEXO A – Texto da Lei da Aprendizagem

ANEXO B – Texto do Decreto Federal nº 5.598/2005

ANEXO C – Grade curricular dos cursos de Auxiliar Administrativo e Capacitação ao
Mercado de Trabalho, oferecidos pela ONG CAMP Mangueira

1 INTRODUÇÃO

A motivação para realização desta pesquisa originou-se da inquietude deste pesquisador em desejar investigar, ainda que em um microcosmo, as razões que levam grupos de jovens a procurar por cursos de qualificação profissional para além dos muros e cercanias das escolas regulares em que estão inseridos, a partir do conhecimento das narrativas de suas respectivas trajetórias escolares e/ou de vida.

O trabalho teve como sujeitos principais um grupo de jovens aprendizes matriculados na ONG CAMP Mangueira, entidade localizada à Zona Norte da capital Fluminense, conforme detalhamento contido ao longo deste estudo.

Questões como: Por que os jovens procuram cursos complementares ao ensino regular? Por que as próprias instituições de ensino médio não dão conta de atender a demanda gerada pelo mundo do trabalho? E ainda: Será que nem as juventudes ou mesmo os demais setores da sociedade acreditam que a formação oferecida pela escola – em especial a pública – é capaz de gerar oportunidades de trabalho? Qual o significado atribuído pelos jovens ao tema da formação para o trabalho? E também: A formação adquirida nos bancos escolares – sobretudo nas escolas públicas – apenas “ensaia incluir”, mas, na verdade, mantém excluídos os jovens em situação de maior vulnerabilidade social?

A vinculação das questões acima apresentadas à temática desta pesquisa se dá de forma muito natural, na medida em que os jovens que buscam aumentar suas chances no mundo do trabalho por intermédio de cursos de qualificação profissional, como os do Programa Jovem Aprendiz, incluem em suas trajetórias de vida justamente este desafio extra de conciliar escola regular, curso de qualificação e a própria posição de aprendiz a ser disputada por estes sujeitos frente ao surgimento de vagas nas empresas conveniadas ao programa.

Convém aqui esclarecer que o Programa Jovem Aprendiz, também conhecido como Aprendiz Legal, foi criado a partir da Lei Nº 10.097/2000, que por sua vez passou por uma ampliação com o Decreto Federal nº 5.598/2005. Essa legislação impõe às empresas consideradas de médio e grande porte a contratação de jovens aprendizes correspondendo a um percentual de 5% a 15% do quadro funcional. De acordo com o previsto na legislação mencionada, este jovem trabalhador é aquele

que estuda e trabalha, concomitantemente. A empresa que o contrata deve estar ciente de sua condição de aprendiz e, portanto, permitir que o indivíduo receba a devida formação na profissão para a qual está se capacitando, ou seja, o jovem aprendiz precisa ter as condições necessárias para “aprender fazendo” um determinado ofício.

De acordo com a chamada Lei do Jovem Aprendiz, cada ente envolvido tem o seu papel bem definido, assim, instituições formadoras, tais como o CAMP Mangueira, o Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) ou mesmo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para citar outros exemplos, são instituições responsáveis pela confecção do material didático a ser utilizado nos cursos profissionalizantes, pela formação dos educadores, pelo monitoramento e avaliação dos jovens e comunicação com a sociedade.

Já às empresas de médio e grande porte, de acordo com o que preconiza a legislação, cabe o papel de disponibilizar as vagas de aprendizes, promover a inclusão social, disponibilizar as condições para o ensino da prática laboral e interagir com as instituições formadoras, que no caso desse estudo é a ONG CAMP Mangueira.

Também cabem às chamadas instituições formadoras as tarefas de estabelecer a relação com as empresas, identificar as vagas de jovens aprendizes oferecidas por estas empresas, criar e oferecer vagas nos cursos de formação profissional. Estes cursos, por sua vez, precisam ter recebido autorização de entes como os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, que atuam também como órgãos fiscalizadores no que se refere ao cumprimento das grades curriculares previamente autorizadas.

Diferentemente de um programa de estágio convencional (regido pela Lei nº 11.788/08) onde o aluno precisa estar cursando a escola para obter a vaga de estagiário, o jovem aprendiz - que deve ter entre 14 a 24 anos - pode já ter concluído o Ensino Médio ou, então, estar ainda no Ensino Fundamental. No entanto, é necessário que esteja matriculado e frequentando as aulas em alguma instituição de ensino técnico profissional que tenha convênio com a empresa escolhida, como é o caso da ONG CAMP Mangueira, da qual os sujeitos desta pesquisa são alunos.

O jovem aprendiz, ainda de acordo com a legislação mencionada, deve ter uma jornada de no máximo seis horas diárias, podendo ser admitidas jornadas de oito horas, desde que estas duas horas adicionais sejam dedicadas, exclusivamente, ao aprendizado teórico da profissão oferecida pelo empregador. Em relação a este aspecto, os sujeitos desta pesquisa trabalham nas empresas conveniadas, cumprindo jornadas de seis horas diárias, durante quatro dias úteis por semana, ficando reservado o quinto dia para que frequentem o curso profissionalizante oferecido pela instituição, que por sua grade curricular, prepara os alunos para função análoga à de Auxiliar Administrativo.

Cumprindo ressaltar, ainda, que o contrato de trabalho do jovem aprendiz tem uma condição especial em relação ao contrato dos demais trabalhadores - e as empresas que contratam estes jovens têm direito a incentivos fiscais e tributários como forma de estímulo à sua contratação. O contrato deve ter duração máxima de 24 meses, com o devido registro em carteira, pagamento do piso em vigor do salário mínimo/hora e garantia de outros direitos trabalhistas e previdenciários, tais como recebimento de décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (alíquota menor) e férias – que devem coincidir sempre com o período de férias escolares.

Para o empregador há a vantagem de se ter um trabalhador, ainda que na condição de aprendiz, com um custo na folha de pagamento inferior ao dos demais trabalhadores, vez que o recolhimento do FGTS para o jovem aprendiz é de apenas 2% (75% menos que a alíquota comum), não existe pagamento de multa rescisória em caso de dispensa antes do prazo previsto em contrato e não há necessidade de pagamento de aviso prévio remunerado em caso de demissão, como ocorre com os contratos regulares de trabalho.

Visando uma melhor definição desta pesquisa, foi feito um levantamento acerca de outros trabalhos já existentes com a mesma temática, os quais são apresentados a seguir.

De acordo com estudo sobre a temática do Jovem Aprendiz em dissertação desenvolvida por Medeiros (2011), este programa colabora de forma significativa para que, os jovens que dele participam, aumentem suas chances de inserção no mundo do trabalho, uma vez que a formação adicional que adquirem nos bancos

destes mesmos cursos já os diferencia no comparativo com aqueles que não vivenciaram esta experiência adicional. Para a autora há, no entanto, alguns pontos importantes no convênio investigado em sua pesquisa que necessitam de aperfeiçoamento, quais sejam o efetivo cumprimento da grade curricular estabelecida pelo próprio curso e a necessidade de compreensão por parte dos empresários de que os jovens que são contratados nestes convênios estão ainda em processo de formação e que, portanto, é natural que apresentem resultados diferentes daqueles entregues pelos profissionais adultos.

Em outra dissertação, cuja temática central são jovens aprendizes, Matsuzaki (2011) conclui que os sujeitos investigados reconhecem nos convênios, como os estabelecidos através do Programa Jovem Aprendiz, uma oportunidade de formação e inserção no mundo do trabalho.

Por outro lado, Almeida (2012) concluiu em sua dissertação que este tipo de oportunidade de formação profissional, disponível para as classes populares, acaba por transferir somente ao sujeito a responsabilidade de inserção e manutenção no mundo do trabalho e, diante desta perspectiva, o sentido de formação, de educação, para estes jovens, assume um significado menor, onde o mais importante passa a ser o certificado de conclusão do curso, a diplomação que sirva de cartão de visitas para a conquista de uma vaga a ser oferecida pelas empresas conveniadas. Fato que acaba por reproduzir o ideário neoliberal no contexto das relações de trabalho.

Conclusões de estudos, como os mencionados acima, permitem identificar que, de um modo geral, os jovens participantes deste tipo de programa atribuem à questão da conquista do emprego e da colocação no mundo do trabalho um significado de superação de barreiras, na medida em que a certificação e a consequente vaga na empresa, a carteira assinada e os direitos trabalhistas se apresentam como um passaporte de entrada para o mundo do consumo. É a hora em que se reduzem as chances de o jovem ser tachado de “desocupado” ou, então, o momento em que este deixa de representar uma “despesa” para sua família. Não obstante, o que esta pesquisa que ora se apresenta deseja investigar relaciona-se com o tema das trajetórias destes jovens, dos caminhos que precisam percorrer em busca de uma oportunidade de emprego, do esforço adicional que necessita ser empreendido para que lhes reste assegurado, enquanto sujeitos de direito, o próprio direito social inalienável ao trabalho.

Em um momento em que os debates sobre o tema da geração de oportunidades de emprego e renda para os jovens se intensificam na sociedade brasileira e que emergem iniciativas de todos os lados, seja nas esferas de governos estaduais, federal e até mesmo da sociedade civil organizada, por intermédio de Organizações Não Governamentais (ONGs), aumenta, também, a necessidade de entendimento dessa mesma sociedade acerca de qual o papel do Estado e de cada setor da sociedade na busca pelo incremento da qualidade da formação que nossos jovens recebem, com vistas a que estes atores estejam efetivamente preparados para a ocupação das eventuais vagas a serem oferecidas no mundo de trabalho.

De início, poderia se pensar que apenas investigar os movimentos das juventudes em busca de cursos de qualificação profissional seria o bastante para se encontrar a chave que abrisse a porta da questão que procura indagar por que estes jovens aplicam um esforço extra em suas trajetórias, na busca por cursos de formação profissional além da escola. No entanto, logo no início do projeto desta pesquisa foi possível compreender que o tema da preparação, da formação e, porque não dizer, da qualificação para o mundo do trabalho - para usar um termo mais comum - é parte integrante de um conjunto de políticas adotadas pelo Estado, com vistas ao atendimento de um determinado anseio da população.

Diante desta perspectiva, faz-se necessário o entendimento de que as políticas públicas percorrem importantes ciclos, que vão desde a sua concepção até sua eventual implantação e, nesse caminho, da concepção à eventual implantação, tais políticas surgem a partir da identificação de um problema, do levantamento de hipóteses, da análise de contextos, da elaboração de uma eventual lei que dará sustentação àquelas políticas, do surgimento de inúmeras arenas de disputa entre vários segmentos da sociedade para impor suas correntes de pensamento e interesses, até que a política escolhida possa ser, efetivamente, implantada e, posteriormente, tenha seus resultados práticos devidamente avaliados e, por fim, aprovados ou contestados em novas arenas de disputa.

Ao se abordar este tema é preciso, em um primeiro momento, concentrar esforços na compreensão acerca dos enfoques das políticas, seus conceitos, principais autores e referências para, em seguida, percorrer o mesmo caminho em busca do entendimento no que tange à questão das políticas específicas para a juventude, seus conceitos, marcos de referência, principais autores e iniciativas.

Avançando neste caminho, surge a necessidade da abordagem do tema das trajetórias de vida, suas nuances, os autores que pesquisaram esta temática e o que dizem sobre o assunto e, por fim, escolher um campo de atuação, um microcosmo em que os atores principais, nesse caso “jovens fluminenses em busca de qualificação profissional”, possam expor suas experiências, dificuldades, anseios, dúvidas e demais sentimentos que venham revelar mais sobre suas escolhas em busca de um lugar ao sol no mundo do trabalho.

A utilização do batido jargão “busca de um lugar ao sol” em referência à questão do esforço empreendido pelos jovens na procura por cursos de qualificação profissional, que sejam capazes de aumentar suas respectivas chances na conquista de um espaço no mundo do trabalho, tem o propósito de demonstrar que o eventual alcance das posições almejadas assume, para estes jovens, um significado semelhante ao que está contido na metáfora da própria frase. Neste sentido, conseguir este “lugar ao sol” é um desafio que poderia, na ótica destes sujeitos, justificar os esforços que fazem.

Diante desta perspectiva, todos os anos, jovens de diferentes faixas etárias, com diferentes histórias de vida e trajetórias distintas, se lançam em busca de oportunidades em programas de formação profissional para juventude, criados a partir de políticas sociais, com o objetivo de aprender um ofício que lhes permita conquistar o denominado emprego formal, classificação usada em face das garantias sociais que, em consonância com a legislação trabalhista atual, esta categoria de trabalho deve oferecer.

Ao abordar a questão da formação profissional para os jovens é preciso antes apontar que este tema é parte integrante de um contexto maior, que engloba o campo das políticas públicas e das políticas sociais.

Nesse sentido, Hofling (2001), explica que as políticas sociais no Brasil têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX e estão voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Segundo a autora, sendo a educação uma política de corte social, de responsabilidade do Estado, seria possível afirmar que sua melhoria estaria intimamente ligada ao avanço dos indicadores de trabalho e renda, necessitando tal relação de uma análise mais aprofundada. Tais políticas são formas de o Estado

promover não somente a manutenção, como a transformação constante das relações de determinada formação social, e se apresentam de modos diferentes nas mais diversas sociedades e concepções de Estado.

Para a realização desta pesquisa, faz-se necessário elucidá-las para a devida compreensão de suas implicações em relação ao objeto de estudo que aqui será apresentado, nesse caso: trajetórias de jovens aprendizes fluminenses em busca de qualificação profissional.

Historicamente, políticas públicas elaboradas pelo governo brasileiro surgem de um modo geral, sempre como medidas compensatórias que, essencialmente, procuram corrigir as desigualdades e demandas mais gritantes ou urgentes da população. Ainda em relação ao tema juventude e políticas públicas no Brasil, Sposito e Carrano (2003) traçam um cenário das diversas ações e políticas para as juventudes implantadas no Brasil ao longo dos anos 1990, tal como o programa Comunidade Solidária, coordenado pela então primeira-dama Ruth Cardoso, cujas prioridades foram a geração de emprego e renda, apoio ao desenvolvimento do ensino básico e defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes.

Convém aqui esclarecer que a utilização da expressão “juventudes”, com a grafia assim, no plural, surge a partir da década de 1990 como forma de designar a diversidade desta camada da população em relação às suas várias formas de representação, quais sejam étnicas, de gênero, religiosa, urbana, entre tantas outras possibilidades que ultrapassem a pura delimitação de faixa etária, gerando uma distinção entre fase da vida – faixa etária e os sujeitos que a vivenciam – os jovens. (SPOSITO 2006).

Pode-se afirmar que o tratamento das demandas das juventudes a partir da perspectiva de sua pluralidade é um avanço. Ainda assim, cabe esclarecer que este não é um debate encerrado, como indica Sposito, 2009, ao apontar que :

Embora importante, nos parece ainda insatisfatória essa designação, uma vez que ela não e cobra, analiticamente, de que diversidade se trata e o seu peso na configuração das práticas, representações e valores dos jovens ou sobre eles. Não basta afirmar que há questões de gênero, etnia e de pertencimentos de classes sociais compondo essa diversidade. É preciso estabelecer padrões analíticos mais rigorosos sobre o seu peso respectivo ao lado de uma crescente homogeneidade

nos modos de vida e de aspirações entre os jovens, decorrentes dos processos de globalização, da disseminação e circulação da informação e dos mecanismos advindos da cultura de massas e do mercado. O desafio está posto. (SPOSITO,2009, P. 107)

Retornando ao tema do Programa Comunidade Solidária enquanto exemplo de política para as juventudes e falando-se de capacitação profissional para os jovens - especialmente os de baixa renda - vale mencionar a implementação, em 1996, do Programa Capacitação Solidária, que focalizava suas ações em jovens na faixa de 16 a 21 anos, residentes em regiões metropolitanas, com o objetivo de fortalecer as organizações da sociedade civil que seriam responsáveis por oferecer cursos de capacitação profissional que, por sua vez, seriam selecionados e financiados com recursos do próprio programa. Estes são exemplos de ações específicas para as juventudes surgidas nos anos 1990, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, como apontam Sposito e Carrano (2003), é a partir de 2004 que a população jovem brasileira começa a receber uma atenção maior e mais estruturada do Governo Federal, com a criação da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Juventude (SEPPJ) que, por sua importância, acaba sendo vinculada ao Gabinete da Presidência da República. No mesmo período, o Congresso Nacional cria uma Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para essa parcela da sociedade brasileira.

Conforme já mencionado neste estudo, um exemplo de política pública para a juventude voltada para a questão da formação profissional, objeto desta pesquisa, é resultante da Lei da Aprendizagem Nº10.097/2000, que foi ampliada durante o primeiro mandato do Presidente Lula, através do Decreto 5.598/2005, que determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de jovens aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários, cujas funções demandem formação profissional.

Diante desta iniciativa de ampliação da Lei 10.097/2000, através do Decreto mencionado, e na esteira das políticas implantadas pelos governos de diferentes esferas de poder, a sociedade civil, por intermédio da atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) também tem tido uma participação importante e contribuído com o oferecimento de vagas em cursos que visam à qualificação profissional de

jovens, por meio de convênios com empresas privadas ou estatais, ainda que esta contribuição, de um modo geral, tenha vistas ao atendimento dos interesses da classe empregadora que, a despeito do cumprimento da legislação, costumam demandar às instituições formadoras o recebimento de jovens aprendizes devidamente enquadrados à lógica vigente nas empresas, de respeito à ordem e hierarquia estabelecidas, subordinação e comprometimento com temas como resultado e lucro.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 2005, nas regiões metropolitanas do País e no Distrito federal, apontou que essas políticas voltadas para a juventude levam em consideração o perfil socioeconômico dos beneficiados, observando o agravamento das condições de vida que incidem diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e nas incertezas quanto ao futuro dos próprios jovens.

Segundo aponta Novaes (2007, p. 3), atualmente, “jovens de todas as classes e situações sociais expressam inseguranças e angústias ao falar das expectativa sem relação ao trabalho, no presente e no futuro. Eles vivenciam, de modo sofrido e dramático, o que alguns estudiosos têm chamado de ‘medo de sobrar’”. Sendo, segundo a autora, uma situação verificada em todas as classes sociais, seria possível supor que, em relação aos jovens oriundos de classes populares, a sensação de insegurança torna-se ainda mais premente, posto que uma camada expressiva deste segmento da população não tem acesso a uma formação tão sólida e diversificada quanto a dos jovens egressos de classes sociais mais abastadas.

Nesse sentido, não é difícil perceber que, diante dos processos seletivos impostos pelo mundo do trabalho, tenderão a ter mais oportunidades de ocupar posições de destaque ou liderança nas organizações, sejam elas das esferas pública ou privada, aqueles sujeitos que tiverem tido, ao longo de suas trajetórias escolares e de vida, uma formação mais consistente, em escolas mais bem estruturadas e de melhor qualidade e, por óbvio, questões como trajetórias de vida, diferenças de estrutura e apoio familiar a atuar com fatores de influência para o sucesso, ou não, dos jovens na busca por oportunidades no mundo do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os desafios que as juventudes enfrentam em um mundo do trabalho cada vez mais competitivo contribuem para aumentar a natural inquietude na hora da busca por um emprego. Enquanto uns entram em cursos de qualificação profissional - tema objeto desta pesquisa - e permanecem neles até sua conclusão, encarando a dura rotina de trabalhar e estudar, outros seguem suas caminhadas por mais tempo somente na escola. Há aqueles que irão aguardar o amadurecimento de suas decisões no amparo de suas famílias.

Seja qual for o caminho seguido pelo jovem, faz sentido supor que as trajetórias de vida de cada grupo, as diferentes histórias de vida e o “*habitus*” de cada indivíduo -conceito criado por Bourdieu (1978) - terão peso significativo nas decisões a serem tomadas nesta hora. Por este motivo, o referido conceito foi mencionado nesse trabalho, em especial a partir da abordagem de Dubar (1991). Foi referência, também, a temática do Ciclo de Políticas apresentada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), a partir das interpretações trazidas por Mainardes (2006), bem como o tema das trajetórias com base das abordagens de Dubar (1991).

Uma vez compreendido o contexto de implantação de políticas públicas para as juventudes, em especial aquelas voltadas para a questão da qualificação profissional, esta pesquisa buscou o caminho da ampliação do conhecimento sobre o tema, no sentido de contribuir para melhoria das práticas de formação dos jovens para o mundo do trabalho, a partir do conhecimento de suas narrativas, anseios e trajetórias.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se a investigação do funcionamento de um curso de formação profissional oferecido por uma ONG situada à Zona Norte da capital fluminense por meio de entrevistas com gestores desta mesma ONG, para compreensão do funcionamento da instituição e, principalmente, com os próprios alunos, atores centrais desta pesquisa, sempre com o intuito de se conhecer as trajetórias destes sujeitos, identificar se esta busca por cursos de qualificação profissional, para além dos muros da escola, contribui para o aumento das chances de se alcançar uma posição no mundo do trabalho, bem como se as narrativas dos jovens entrevistados nesta pesquisa apresentam a entidade

escolhida para realização do curso profissionalizante como uma alternativa que justifique o esforço extra que estes fazem para conseguir alcançar e permanecer nestas vagas, ou, se estes sujeitos estão ali tão somente para atender a alguma exigência familiar ou, ainda, numa tentativa de evitar o chamado “medo de sobrar”.

Buscando cumprir o objetivo geral, procurou-se definir as seguintes questões de estudo:

- a) De que forma as experiências vividas nesta Organização Não Governamental (ONG) contribuiriam (ou não) para a colocação dos jovens nas empresas conveniadas?;
- b) Que atrativos e/ou recompensas estes jovens enxergam na busca por estes cursos?;
- c) Como estes cursos são percebidos pelos jovens e qual o significado atribuído à formação para o trabalho para os sujeitos que frequentam estes cursos?; e
- d) Como se deram as trajetórias de vida, as caminhadas destes jovens até a chegada ao curso?

Para responder as questões apresentadas acima, buscou-se ouvir os principais atores envolvidos nesta pesquisa por meio realização de um grupo focal, sempre em busca de atingir o objetivo de encontrar respostas para estas mesmas questões.

O desenvolvimento deste trabalho se deu em duas importantes etapas estruturais, quais sejam: a) etapa de levantamento bibliográfico e b) etapa de idas a campo.

A etapa de levantamento bibliográfico foi instituída com o objetivo de se identificar um referencial teórico que desse subsídio e sustentação à etapa de imersão em campo. Diante deste aspecto, foram utilizadas na etapa bibliográfica as seguintes categorias temáticas: a) políticas públicas e políticas para a juventude; b) políticas de qualificação profissional – mais precisamente o projeto aprendiz – e c) o tema das trajetórias de vida dos jovens sujeitos da pesquisa.

Já a segunda etapa, compreendida pelas idas a campo, teve como proposta central investigar as experiências vividas pelos sujeitos desta pesquisa, através da análise de suas narrativas, percepções e relatos de situações vividas no processo de busca pelo curso de qualificação e eventual alcance de um emprego formal.

3 JUVENTUDE, TRABALHO E ESTUDO

Um dos grandes dilemas e desafios que as juventudes enfrentam ao alcançar esta faixa etária é, notadamente, o momento em que precisam decidir sobre a necessidade de conciliar trabalho e estudo, sendo correto afirmar que quanto maior o tempo de escolaridade – aliada a uma possibilidade adicional de qualificação profissional – maior será a chance de se conseguir uma oportunidade no mundo do trabalho. Enquanto alguns conseguem conciliar estas agendas, outros não convivem com nenhuma das duas, ou seja, nem trabalham, nem estudam.

Nesse sentido, vale destacar que a questão da qualificação profissional e da busca pelo primeiro emprego é um assunto que aflige sobremaneira o jovem brasileiro e, em especial, os sujeitos desta pesquisa. E não deveria ser diferente, como revela Monteiro (2013):

Cerca de 10% dos jovens brasileiros entre 19 e 24 anos **não trabalham nem estudam**, aponta pesquisa do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Com base em dados de 2011 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do IBGE, a pesquisadora Joana Monteiro, do Ibre-FGV, concluiu, no Brasil, que essa proporção piorou em relação a 2006, quando era de 8% - a despeito do aumento de 8,6 pontos percentuais de empregos com carteira assinada nos mesmos cinco anos, segundo o IBGE. Trata-se de 1,5 milhão de pessoas nessa faixa etária, de acordo com o relatório. (MONTEIRO, 2013).

Uma análise do estudo mencionado revela que o drama vivido pelos jovens na busca do primeiro emprego não é uma exclusividade da juventude brasileira. Trata-se de um problema que vem sendo enfrentado não somente aqui, mas em vários países, inclusive na Europa, em razão da crise econômica pela qual passa o Continente, o que levou à criação do termo “Nem-Nem”, como se pode verificar no mesmo estudo apresentado por Monteiro (2013):

O termo "Nem-Nem" é um apelido dos jovens que nem trabalham, nem estudam e costumam depender de assistência estatal, fenômeno numeroso hoje em países europeus em recessão, como Grécia e Espanha, onde mais da metade das pessoas nessa faixa etária estão desempregadas. (MONTEIRO 2013).

Em relação ao tema da ocupação dos jovens, cabe destacar, também, os dados apontados primeiramente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005e, depois, pela pesquisa do período 2012/2013, como se pode notar nos quadros e análises apresentados a seguir.

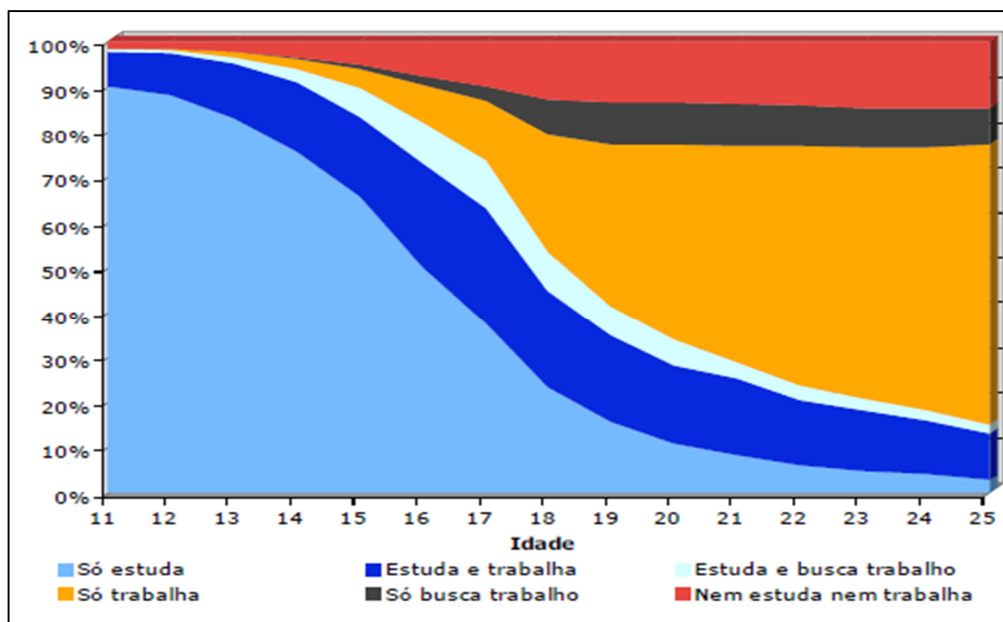


Gráfico 1: Estudo, trabalho e desocupação dos jovens no Brasil - 2005
Fonte: IBGE/PNAD, 2005

Uma análise do Gráfico 1 permite enxergar que, no ano de 2005, até a faixa compreendida entre 11 a 12 anos de idade, as crianças estavam praticamente todas na escola, enquanto um percentual menor, próximo a 8% dos estudantes, conjugava o tempo na escola com alguma atividade econômica. Estes casos de crianças que trabalham e estudam, segundo a PNAD, ocorrem, sobretudo, na área rural, onde a renda das famílias é menor e a necessidade de rendimentos extras é maior.

Mesmo com o quadro apontando um alto índice de crianças na escola, é preciso destacar, também, que na faixa compreendida entre os 11 ou 12 anos de idade, o percentual de crianças que nem estudam nem trabalham ainda estava em 1,6%, portanto, bem maior que o de crianças que somente trabalham – fato ainda mais grave – e que representa 0,2%.

Já na faixa etária que se inicia aos 14 anos e, portanto, a partir da idade em que são estudados os sujeitos desta pesquisa, os números começam a se modificar de forma mais acentuada, posto que, neste período da vida, muitos jovens começam a abandonar a escola em busca de oportunidades de trabalho e geração de renda ou, então, a diminuir a atenção à escola, na medida em que começam a dividir o tempo entre o trabalho e a própria escola.

Como se vê no Gráfico 1, na faixa dos 15 anos, 90% dos jovens ainda estudam, entretanto, como já demonstrado, a dedicação à escola já não é mais exclusiva, uma vez que 24% destes jovens estão dividindo a atenção da escola com o trabalho ou em busca de uma oportunidade de emprego.

Na medida em que estes jovens alcançam os 18 anos, o percentual daqueles que estudam já cai para um número acima de 50%, enquanto o percentual daqueles que estudam e trabalham e/ou procuram por uma oportunidade de emprego sobe para 30%.

Alcançando-se a faixa dos 20 anos restam, segundo a pesquisa, apenas 10% de jovens que se dedicam apenas ao estudo e, portanto, que não trabalham e estudam concomitantemente, ao passo que outros 20% dos jovens apontados na amostra estavam estudando e trabalhando e/ou buscando emprego. Nesta idade, 43,5% dos jovens já trabalham, 9% estão desempregados, buscando uma oportunidade de emprego e 13,6% estão inativos.

Outro dado importante demonstrado por esta amostra, em relação à faixa etária dos jovens com 18 anos de idade, é que a porcentagem que não trabalha nem estuda, os “Nem-Nem”, já era de aproximadamente 13%.

Atualmente, muitos pesquisadores, de variados países, têm se debruçado no estudo das populações que se enquadram na classificação “Nem-Nem”, com o objetivo de entender melhor o fenômeno e contribuir para a geração de soluções para o problema.

No Brasil, as oportunidades para ingresso em programas de jovem aprendiz ou mesmo em outros tipos de programas de qualificação profissional estão abertas para as juventudes – e esta pesquisa busca investigar o universo de um grupo de jovens que se utiliza deste programa.

Os desafios que o mundo do trabalho impõe, gerando ano após ano novas exigências relacionadas ao grau de formação, apontam para um futuro cada dia mais competitivo, demandante de mais e mais conhecimento, educação formal e formação profissional. Diante deste cenário, reduzir o contingente de jovens enquadrados na categoria dos "Nem-Nem" é um importante desafio a ser vencido.

Com base neste tipo de constatação - a respeito do drama vivido pelos jovens que buscam as primeiras oportunidades de emprego - e a partir do estudo do referencial teórico relacionado à questão das políticas públicas para a juventude, em especial as de formação de jovens aprendizes em busca de qualificação profissional, esta pesquisa buscou investigar com base nas narrativas dos sujeitos entrevistados, quais os aprendizados colhidos durante a realização do curso de formação profissional, qual o significado atribuído ao eventual aprendizado e se a experiência adquirida na realização do curso contribuiu (ou não) para a colocação e manutenção destes jovens no mundo do trabalho.

Apresenta-se a seguir o comportamento da taxa de desocupação entre os jovens, por grupos de idade e regiões identificados na PNAD, já no período de 2012/2013, onde se destaca a redução do número de menores ocupados e o aumento do número de jovens desocupados quando se compara 2012 com 2013.

Tabela 1: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012/2013

<i>Grandes Regiões</i>	Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade (%)					
	2012				2013	
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre
14 a 17 anos						
<i>Brasil</i>	24,8	22,2	20,4	19,6	24,7	22,8
<i>Norte</i>	20,6	15,6	16,4	14,8	18,9	18,3
<i>Nordeste</i>	22,3	21,5	21,3	19,9	21,5	21,2
<i>Sudeste</i>	29,6	27,0	23,6	23,4	31,1	27,2
<i>Sul</i>	20,4	17,8	14,7	14,7	19,3	18,0

Grandes Regiões	Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade (%)					
	2012				2013	
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre
Centro-Oeste	24,8	18,6	19,0	18,4	24,2	22,4
18 a 24 anos						
Brasil	16,4	15,7	14,4	14,2	16,4	15,4
Norte	18,1	17,6	16,9	15,7	19,1	18,5
Nordeste	20,2	19,7	18,7	19,0	22,0	19,8
Sudeste	16,3	15,5	13,9	13,7	15,2	15,0
Sul	10,4	9,9	8,9	8,2	10,2	9,1
Centro-Oeste	14,3	12,6	11,2	11,5	13,9	12,6
25 a 39 anos						
Brasil	7,2	7,1	6,7	6,7	7,6	7,2
Norte	8,2	7,5	7,3	7,1	7,7	7,6
Nordeste	9,2	9,3	9,0	9,0	10,7	10,3
Sudeste	7,0	6,9	6,5	6,5	7,3	6,8
Sul	4,4	4,3	3,8	3,5	4,1	3,8
Centro-Oeste	6,2	5,6	5,2	5,5	6,0	5,0
40 a 59 anos						
Brasil	4,0	3,6	3,7	3,4	4,0	3,8
Norte	3,9	3,7	3,3	3,0	3,7	3,6
Nordeste	4,9	4,8	4,9	4,9	5,9	5,1
Sudeste	4,2	3,6	3,7	3,3	3,8	3,9
Sul	2,4	2,2	2,2	2,0	2,3	2,0
Centro-Oeste	3,2	3,1	2,8	2,7	3,5	3,1
60 anos ou mais						
Brasil	2,0	2,2	1,7	2,0	2,1	1,8
Norte	1,8	2,1	1,3	1,3	1,7	1,1
Nordeste	1,8	1,9	1,6	2,0	2,4	1,9
Sudeste	2,4	2,5	1,9	2,3	2,1	2,1
Sul	1,5	1,5	1,5	1,6	2,0	1,0
Centro-Oeste	2,4	2,3	1,8	1,7	1,4	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2013

Visando a oferecer ao leitor uma maior facilidade de compreensão do texto, cabe aqui reforçar que o trabalho foi organizado no seguinte esquema: a) apresentação de um breve histórico sobre o tema das políticas públicas, com abordagem acerca das disputas que vão da concepção a eventual implantação; políticas para a juventude no Brasil b) políticas de qualificação profissional para

jovens, com atenção especial ao projeto Jovem aprendiz; e c) análise das trajetórias dos jovens por meio da interpretação de suas narrativas.

Pela importância de se conhecer os contextos em que as políticas públicas, em especial as políticas para juventude, se inserem para que sejam eventualmente assumidas por determinado governo e, por conseguinte, implementadas, cabe aqui mencionar a perspectiva apresentada por Souza (2006), segundo a qual alguns modelos explicativos ou tipologias que norteiam a escolha da ação dos governos é que irão gerar repercussão na vida dos cidadãos.

4 SOBRE A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se fala do tema políticas públicas é preciso ter em mente os diversos atores, processos, embates e arenas de disputa envolvidos nos caminhos pelos quais essas políticas percorrem até que, finalmente, possam ser implementadas.

Um estudo deste tema permite observar que alguns termos são recorrentes quando neles se fala, tais como: elaboração, implementação e avaliação. Nota-se, assim, que o caminho seguido por um conjunto de políticas públicas desde sua origem não pode ser considerado simples e muito menos linear, conforme abordado a seguir.

Segundo Souza(2006), nas últimas décadas houve um aumento do interesse da sociedade pelo tema das políticas públicas e, conseqüentemente, passou-se a olhar com mais atenção as instituições, regras e modelos que fazem parte desse campo de disputas.

Para que se possa compreender a lógica por trás da elaboração dessas políticas, bem como seus desdobramentos, faz-se necessário observar as origens da disciplina, a partir de um pequeno panorama acerca das correntes mais relevantes que levaram ao início das discussões sobre o assunto.

Na Europa, o campo de análise das políticas públicas teve, originalmente, sua ênfase voltada para o papel do Estado, visto naquele continente como o “produtor das políticas públicas”. Todavia, é nos Estados Unidos da América (EUA) que a área é instituída como disciplina acadêmica, deixando-se, no entanto, de levar em conta, primordialmente, a função do Estado e passando a enfatizar a ação dos governos. “Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do próprio governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas conseqüências.” (SOUZA, 2006, p. 23).

Ainda segundo Souza(2006), a abordagem norte-americana das políticas públicas procura levar em conta a questão da eficiência quando opta por aplicar métodos científicos na solução de problemas de ordem pública, o que pode ser compreendido como uma espécie de análise mais racional do processo.

Tido como precursor de sua entrada no governo dos Estados Unidos, Robert Macnamara estimulou, em 1948, a criação da RAND *corporation*. Esta organização, de acordo com Souza (2006), foi a que acabou por gerar os chamados *thinkthanks*, espécie de coletivos que tinham como missão a tarefa de gerar conteúdo e conhecimento a respeito de temas que contribuíssem para a promoção de importantes mudanças sociais, quais sejam políticas, econômicas ou científicas.

Ademais, a autora cita quatro grandes fundadores da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936), ficou conhecido por ter cunhado a expressão *policyanalyses* (análise de política pública), cuja abordagem busca conciliar academia e ciência e a produção dos governos.

Simon, ao falar dos *policymakers* (decisores públicos), acredita que “a racionalidade dos decisores é sempre limitada por problemas, tais como: informação incompleta ou imperfeita, tempo para tomada de decisão, auto interesse dos decisores, etc.” (Simon *apud* SOUZA, 2006, p. 23).

Já Lindblom volta-se para as relações de poder e de sua influência no desenvolvimento das políticas e fornece outros dados para análise, que vão além da racionalidade, pondo em xeque algumas questões levantadas por Simon.

Finalmente, Easton, para quem “as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos”. (SOUZA, 2006, p. 4)

Ainda de acordo com Souza (2006), a política pública como área de conhecimento emergiu como disciplina acadêmica nos EUA, referindo-se aos estudos sobre a ação dos governos, “*para entender como e por que os governos optam por determinadas ações*”(SOUZA, 2006, p. 24.). A autora destaca também, que:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja,

decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Ter conhecimento de todas as nuances que envolvem o campo das políticas públicas, desde o momento em que são pensadas até a hora em que são implementadas, é essencialmente importante para que a sociedade civil possa despertar o interesse em participar do assunto, opinar e, até mesmo, ajudar a influenciar os decisores para que estes possam levar em conta os interesses da coletividade, seja para garantir a adoção de decisões que atendam aos anseios da maioria, seja para garantir eventuais direitos das minorias.

4.1 Ciclos de políticas públicas para a educação: caminhos percorridos da origem à eventual implementação

De uma forma mais ampla, segundo Mainardes(2006, p.49) – em artigo com referência à abordagem de Stephen Ball e Richard Bowe a respeito das políticas educacionais, é possível descrever os caminhos ou ciclos percorridos pelas políticas públicas para a educação, desde sua concepção até sua implementação, a partir do estudo do que chamaram de “ciclo de políticas”. Em relação à questão da implementação, Ball e Bowe, como descreve Mainardes(2006), lançaram mão do termo “política em uso”, que será visto mais à frente e que, de um modo geral, se referia às possíveis diferenças resultantes dos comparativos entre os discursos e as práticas institucionais que se apresentam no momento de uma eventual implantação de uma determinada política pública.

De acordo com Mainardes(2006, p. 49), sempre em referência a Ball e Bowe, “Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.”

Para uma maior compreensão do tema das políticas educacionais, tão ligados ao objeto desta pesquisa, é essencial destacar que Ball e Bowe, segundo explica Mainardes (2006), procuraram, a princípio, dar conta de três “facetas” ou “arenas” de políticas públicas. A partir deste contexto, a primeira destas etapas seria a “política proposta”, cuja elaboração está relacionada às instâncias oficiais, tais como governo, escolas e outras entidades encarregadas de fazer com que essa política se cumpra na prática. Em seguida, teria a “política de fato”, que está relacionada à forma, aos textos políticos e legislativos, propriamente ditos, que serviriam de sustentação para a materialização das ideias e soluções propostas e, finalmente, a “política em uso”, estando ligada à aplicação prática destas resoluções pelos atores envolvidos, ou nas palavras dos estudiosos, à “implementação das políticas pelos profissionais que atuam na prática.” (Mainardes, 2006, p. 49).

Contudo, ainda de acordo com Mainardes, os autores Ball e Bowe perceberam, posteriormente, certa inflexibilidade no uso dessa abordagem e que essa formulação não seria capaz de dar conta da complexidade dos discursos e das intenções envolvidas no ciclo de políticas. Ball e Bowe, como descreve Mainardes, destacam o papel dos profissionais que atuam nas escolas, tanto na elaboração quanto na implementação das políticas públicas, utilizando como medida uma caracterização elaborada pelo francês Roland Barthes a respeito dos tipos de textos *readerly* (que limita) e *writerly* (que envolve). Assim, “um texto *readerly* limita a produção de sentidos pelo leitor, que assume o papel de ‘consumidor inerte’ (HAWKES, 1997, p.114; apud MAINARDES, p.49). Por outro lado, em contraste, um texto *writerly* envolve o leitor como coprodutor, como intérprete criativo. Nessa proposição, o leitor é convidado a preencher as lacunas do texto.”

Ao apresentar o tipo de análise adotada por Ball e Bowe, Mainardes (2006), ressalta que a abordagem descrita no chamado “ciclo de políticas” assume uma perspectiva identificada como pós-estruturalista, cujas características incluem a “desconstrução de conceitos e certezas do presente, engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e micro contextos.” (MAINARDES, 2006, p. 58). Os autores elencam os três contextos que atuam na formulação das políticas públicas, cada qual com suas “arenas,

lugares e grupos de interesse”, fora de distribuição temporal ou linear, mas atuando em paralelo e simultaneamente.

Apesar de apresentá-los sequencialmente em seu texto, eles enfatizam que esses contextos não possuem um ordenamento, muito menos são etapas, todavia estão “inter-relacionados” e produzem interferência na produção das políticas públicas.

4.1.2 Conhecendo os contextos das políticas públicas para a educação

4.1.2.1 Contexto de influência

A ideia de que as políticas públicas têm sua origem no contexto de influência, que pode ser concebido como o campo de formulação inicial das políticas é defendido, segundo Mainardes (2006, p. 51), por Ball e Bowe. Desta forma, segundo os autores explicam, é possível entender esse momento como aquele em que as políticas públicas são pensadas e gestadas e de onde partirão os diversos discursos políticos que vão permeá-las. É nesse contexto que vão atuar os grupos de interesses, buscando cada um influenciar na definição das propostas que, por sua vez, estarão relacionadas, portanto, “com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas”. (MAINARDES, 2006, p. 51).

Para Ball e Bowe, (*apud* MAINARDES, 2006, p. 51) as influências internacionais são latentes nessa fase de origem das políticas e certos organismos agem no sentido de atuar diretamente no processo de decisão das políticas no âmbito nacional. Sua participação pode ser entendida de duas maneiras.

A maneira mais direta é a disseminação de ideais que se dá por meio de redes públicas e sociais. A segunda maneira está relacionada à imposição ou patrocínio de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais (World Bank e outras). (MAINARDES, 2006, p. 52).

4.1.2.2 Contexto da produção dos textos das políticas públicas

Em relação ao o contexto da produção dos textos, cabe esclarecer que este tem relação com a elaboração dos textos políticos e legais oficiais, nos quais levam-se em consideração as discussões, disputas e acordos ocorridos entre os grupos (inclusive globais e internacionais) que participaram de sua formulação.

No que se refere a esta pesquisa, o entendimento destes contextos dá ao leitor uma dimensão acerca de como se pensa e, eventualmente, se implanta uma política pública. No caso das políticas para as juventudes, é nesse tipo de contexto que se muda a concepção de jovem enquanto ser que pode representar perigo para a sociedade e que, portanto, deveria ser objeto de políticas coercitivas, para a concepção de jovem enquanto sujeito de direito.

4.1.2.3 Contexto da prática

É neste contexto que a proposta política está sujeita a interpretação dos diferentes atores envolvidos no processo. Aqui ela pode sofrer modificações e ser reelaborada, modificada em sua forma original, pois está sujeita a diversas interpretações, tendo em vista a sua aplicabilidade.

O processo de construção de políticas públicas é complexo e heterogêneo, já que é fruto de múltiplas leituras de diversos grupos que participam desde sua elaboração até sua implementação de fato. É realizada por diferentes atores sociais atuando num fluxo contínuo de “interpretações” acerca do mundo. Não acontecem, conforme visto, de forma linear e não podem ser vistas apenas em termos de pensamento e execução.

A formulação e a efetivação das políticas públicas, conforme explica Santos (2012, p.3),“(…) são procedimentos que acontecem em processo contínuo e sofrem modificações e interferência dos vários setores envolvidos.”De uma forma geral, esse modo de interpretar a construção de políticas fornecida por Ball e Bowe conduz

a uma reflexão sobre a maneira como os agentes envolvidos na política exercem seu papel e como as consequências dessa mesma sua atuação geram reflexos na sociedade.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE E CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ)

A busca pela correção de desigualdades, a partir das demandas oriundas da população, está contida na agenda da sociedade civil organizada que, por meio de coletivos de diversos segmentos, tais como movimentos sociais, sindicatos, entidades de classe e até de estudantes, têm procurado sensibilizar os diferentes governos para sua implantação. Desde o início do processo de redemocratização, iniciado em meados da década de 1980, após o fim do regime militar implantado em 1964, tais entidades vêm buscando se organizar e exercer pressão no sentido de terem suas demandas atendidas.

No âmbito das políticas para a juventude, assunto do qual faz parte o espectro da formação de jovens para o mundo do trabalho - tema objeto desta pesquisa – como dito em outro ponto desta dissertação, sabe-se que, num contexto histórico, as políticas públicas dos diversos governos brasileiros, de uma forma geral, assumiram sempre um viés compensatório, onde os sujeitos destas políticas tinham apenas as suas demandas mais gritantes atendidas.

Cabe aqui lembrar Sposito e Carrano (2003), que traçaram um cenário das diversas ações e políticas para as juventudes implantadas no Brasil ao longo dos anos 1990, tendo mencionado ações importantes, como o Comunidade Solidária, programa do qual fazia parte o Capacitação Solidária. Na esteira destas iniciativas foi criada, no ano de 2005, a Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Juventude (SEPPJ).

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), esta secretaria foi criada com o objetivo central de gerar diagnósticos sobre a situação dos jovens no Brasil e, a partir daí, promover ações com vistas a corrigir os eventuais problemas identificados nestes diagnósticos.

Com base em uma ação coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República e com a participação de outros 19 Ministérios, uma das primeiras ações desta secretaria foi a criação de órgãos e programas que seriam incumbidos de tratar da questão das juventudes, tais como: a Secretaria Nacional da Juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Conselho Nacional de

Juventude (Conjuve). Estas instituições foram implementadas em 30 de junho de 2005, amparadas pela criação da Lei 11.129. (BRASIL, SNJ, 2015)

No mesmo ano de 2005 foi instituída a Política Nacional de Juventude (PNJ), outra iniciativa que visava a gerar ações coordenadas para este extrato da população.

Uma vez criadas a política e os órgãos mencionados, que viriam a ser responsáveis por articular iniciativas voltadas para o atendimento às demandas das juventudes, estes setores levaram em conta dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) que alertava para o fato de que o país possuía à época cerca de 4,5 milhões de pessoas na faixa etária compreendida entre 18 e 29 anos fora da escola e com poucas oportunidades de emprego.

É diante deste cenário de dificuldades de inserção no mundo do trabalho que jovens, como os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, se lançam em busca de alternativas de formação profissional, por intermédio de entidades como aquelas aqui pesquisadas. Diante deste cenário de dificuldades encontrado pelos jovens na busca pelo emprego, convém aqui mencionar Carrano, 2007, que apontou que:

A situação do trabalho dos jovens é uma das dimensões do quadro estrutural contemporâneo das economias capitalistas. Em todo o mundo, a crescente automação provocada pelas inovações tecnológicas nos diferentes setores da economia diminuiu e extinguiu postos de trabalho. No caso brasileiro, as tímidas taxas nacionais de crescimento econômico são produtoras de um fenômeno de retração de oportunidades de trabalho para todas as idades. Neste quadro produtor de excesso de mão de obra para as vagas disponíveis, os jovens em idade de trabalhar saem perdendo para os mais experientes na disputa pelos postos de trabalho. (Carrano, 2007 p. 1)

Voltando ao tema das iniciativas de governo no sentido de se criar ações voltadas para as juventudes, cabe reforçar que a pressão dos movimentos sociais e entidades representativas dos estudantes pela ampliação do diálogo com a juventude fez nascer, ainda em 2008, um processo de ampliação do diálogo do Governo Federal com os jovens – diálogo esse que se deu registrado, inicialmente, por meio da Conferência Nacional de Juventude (CONJUVE), que viria a se realizar novamente três anos mais tarde. Estas duas conferências foram encontros de caráter e abrangência nacionais, que reuniram jovens dos mais variados locais do

Brasil para participar de coletivos que visavam a discutir suas próprias necessidades e anseios.

Um dos objetivos estabelecidos pela Secretaria Nacional da Juventude para a realização destes encontros, segundo no portal juventude da SNJ foi o de conhecer as principais aspirações e perspectivas das juventudes em relação ao país. Estas conferências, de acordo com o referido portal, serviram de apoio e base para orientação da criação de Políticas Públicas para a Juventude, bem como para garantir aos jovens direitos tais como os estabelecidos com a criação do Estatuto da Juventude.

Embora o objeto desta pesquisa seja os jovens em busca de capacitação profissional enquadrados no Programa Jovem Aprendiz, cabe aqui mencionar a existência de um outro programa voltado para a juventude, chamado Projovem Integrado, programa este que possui quatro modalidades, que são executadas por diferentes Ministérios. São elas: o Projovem Urbano e o Projovem Campo, conduzidos pela Secretaria Nacional de Educação; o Projovem Trabalhador, conduzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o Projovem Adolescente, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No bojo das políticas para a juventude e em especial as para capacitação profissional está o Programa Jovem Aprendiz, abordado a seguir e através do qual os sujeitos desta pesquisa buscam a Organização Não Governamental para conseguir uma oportunidade de trabalho nas empresas conveniadas.

5.1 Formação do jovem para o trabalho: para ofertar direitos ou para diminuir o perigo?

Para entender um pouco mais sobre a questão da atenção dada tanto pelo Estado brasileiro, quanto por alguns segmentos da sociedade ao tema da formação profissional para os jovens é preciso apresentar um breve resumo acerca das iniciativas implementadas ao longo dos anos para esse extrato da população.

Perdura já há muito no imaginário da sociedade brasileira, segundo apontam Macêdo e Alberto (2012), o sentimento de que é papel primordial do Estado e da própria sociedade providenciar a gestão e a tutela dos jovens mais pobres, de modo a prepará-los para o trabalho, evitando, assim, que estes jovens em situação economicamente desfavorável se transformem no futuro, por não terem um ofício, em pessoas consideradas “perigosas” para o restante da sociedade.

O receio de que os jovens, principalmente os que viviam em situação de abandono, viessem a se tornar um perigo para a sociedade sempre se manteve latente e, já em 1909, como descrevem Macêdo e Alberto (2012, p. 23), surgiram as Escolas de Aprendizes Artífices, que também tinham foco nos chamados “menores viciosos”, como eram considerados os jovens que tivessem cometido alguma infração ou que, por omissão paterna ou vontade própria, fossem encontrados sós pelas ruas. As crianças e adolescentes encontradas nesta situação eram recolhidas pela própria instituição e enviadas ao trabalho como forma de custearem o seu próprio sustento. Cabe mencionar o que sustentam Pilotti e Rizzini (1995), para quem esse tipo de intervenção do Estado se dava como forma de exclusão social e alimentava a estratégia de se manter no trabalho as crianças em situação de maior vulnerabilidade social.

Com a criação, em 1919, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil se tornou signatário, o direito da classe trabalhadora passa a receber maior atenção nas discussões internacionais, fato que causou influência direta na política de formação de jovens para o trabalho. A Convenção nº 5 da OIT passou a proibir o trabalho de menores de 14 anos nas indústrias. Mesmo com esse avanço, nos anos seguintes viu-se mantida a política de tratamento do jovem, ora denominado “menor”, como um problema social. Tanto assim, que em 1927, segundo Macêdo e Alberto (2012, p. 23) “foi promulgado, sob forma de decreto, o Código de Menores, que incorporava tanto uma visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista”. Situação esta que perdurou, praticamente, até os anos 1980, a despeito das várias iniciativas que foram surgindo no sentido de prover formação para a juventude.

Somente nos anos de 1950, em virtude das necessidades de formação para o mundo do trabalho no Brasil, tendo em vista que a escola pública não estava

preparada para atender a estas demandas, é que começam a ser estruturados os chamados Serviços Nacionais de Aprendizagem, através da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em relação ao tema de formação para as juventudes, cabe destacar o caráter de separação de classes sociais quando da oferta da educação, haja vista que os cursos profissionalizantes eram oferecidos, via de regra, para as classes populares, ao passo que as classes mais abastadas cabiam os cursos de maior embasamento intelectual e de formação geral.

Quem viveu a juventude nos anos de 1970 até o início dos anos de 1980, tem grandes chances de, ao menos ter ouvido falar, em uma das políticas públicas para o jovem no período, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que deu origem a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Foi comum, durante um bom tempo, pais iniciarem seus “sermões” aos filhos que tivessem cometido algum deslize com frases em tom de ameaça, como: “vou te internar na FUNABEM!”. Sentença que costumava causar medo em boa parte dos jovens, posto que a instituição costumava ser mais conhecida pelo prisma da coerção.

Este viés coercitivo na construção de política de formação para os jovens perdurou por muito tempo no Brasil. No entanto, em 1988, com o advento da nova Assembleia Nacional Constituinte, a constituição brasileira modifica a forma de tratar a questão das juventudes a partir da adoção da doutrina internacional de proteção integral das crianças e adolescentes, como assinalam Macêdo e Alberto (2012), em menção à Rocha (2007). Essa visão do jovem como sujeito de direito ganhou amplitude nos anos seguintes com criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como será visto mais à frente neste trabalho, restando entendido que ao longo dos anos houve um avanço no que tange à criação de políticas públicas que têm buscado mudar a dimensão da juventude no contexto da sociedade.

Por outro lado, no contexto da opinião pública, têm se tornado cada vez mais comuns clamores por temas como o da redução da maioria penal dos 18 para os 16 anos, a pretexto de se reduzir atos de violência praticados por jovens nessa faixa etária. Esta agenda, tão massificada pelos grandes meios de comunicação e atualmente em pauta no Congresso Nacional, revela o quanto ainda perdura no seio da sociedade brasileira a visão de que o caráter punitivo das ações resultará na diminuição dos índices de violência.

5.2 Programa Jovem Aprendiz enquanto opção para inserção do jovem no mundo do trabalho

Informações oficiais, como as contidas no portal que divulga os programas do governo (programasdogoverno.org), apontam que o Programa Jovem Aprendiz vem promovendo, desde sua implantação, o incremento das chances de atuação no mundo do trabalho para jovens, através da oferta de capacitação profissional adicional. O objetivo de se oferecer uma formação extra, para além da escola regular, é levar os jovens participantes do programa a conhecer mais sobre a profissão escolhida do que aquilo que, normalmente, é oferecido no ensino médio ou fundamental.

Ressalte-se que, embora a proposta do programa, conforme divulgado nos órgãos oficiais, como o site mencionado, seja a de levar os jovens a conhecer mais sobre a profissão escolhida, no campo da prática, especificamente no que tange às opiniões dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, é que, embora reconheçam a importância em participar do programa, os jovens mencionaram justamente a necessidade de uma variedade maior na modalidade de cursos ofertados pelas organizações conveniadas ao programa, que por sua vez fazem a ponte com as empresas que oferecem as vagas.

O Programa Jovem Aprendiz, criado a partir da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e ampliado através do Decreto 5.598/2005, conta com o apoio e parceria de empresas conveniadas ao programa e tem por objetivo promover a capacitação de jovens para o mundo do trabalho, exigindo como contrapartida que estes estejam frequentando a escola, condição *sinequae non* para participação no programa.

De acordo com informação disponibilizada pelo portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o tempo de trabalho do jovem aprendiz é reduzido de forma a não atrapalhar os estudos e o tempo máximo da jornada de trabalho dos jovens participantes do programa é de 6 horas diárias.

Com o propósito de incentivar as empresas a contratar estes jovens e como forma de compensação pelas jornadas menores de trabalho, foi estabelecida para os participantes do programa uma remuneração diferenciada das demais categorias

de trabalhadores que cumprem a jornada tradicional, sendo esta proporcional ao tempo de trabalho, com recebimento de benefícios sociais como: vale transporte, alimentação, férias e 13º salário.

O preparo dos Jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz, baseado na Lei 10.097/2000, proporciona formação básica para que estes estejam aptos a cumprir as exigências mais comuns do mundo do trabalho. Desta forma, são investidos quatro meses no desenvolvimento profissional dos jovens que, nas empresas em que forem contratados, irão trabalhar ao lado e com o devido acompanhamento de profissionais preparados e que já fazem parte do quadro funcional das empresas conveniadas ao Programa Jovem Aprendiz.

Após o tempo de preparo, a expectativa é que os jovens possam ter a sua efetivação concretizada e suas respectivas Carteiras de Trabalho assinadas, sendo efetivados no mercado formal de trabalho e tendo os benefícios integrais a que tem direito.

É importante ressaltar que uma das intenções da SNJ é a de dar uma atenção especial as juventudes que estejam em condições socioeconômicas menos favorecidas e, por este motivo, uma das regras estabelecidas para a participação no Programa Jovem Aprendiz é que os jovens que queiram se candidatar estejam enquadrados em uma situação de vulnerabilidade social, que poderá ser comprovada com o Cadastro Único do Governo Federal, com base na renda familiar destes jovens. É necessário, ainda, que o candidato tenha entre 15 e 18 anos de idade para poder se candidatar às vagas das áreas administrativas e ter entre 17 anos e 9 meses e 21 anos e 11 meses para se candidatar a vagas oferecidas por empresas que ofereçam maior risco ao trabalhador, tais como refinarias ou laboratórios de pesquisa.

5.3 Programa Jovem Aprendiz: além de entrar na empresa, o jovem quer se manter no trabalho

Um dos problemas que ora se apresenta relaciona-se com o tipo de formação que os governos, sobretudo nas esferas federal e estadual, têm oferecido aos jovens, bem como se os cursos de qualificação profissional gerados para o atendimento desta demanda têm conseguido cumprir o papel de preparar o jovem para os desafios do mundo do trabalho, tornando estes indivíduos aptos a competir por melhores oportunidades de crescimento nas organizações em que estiverem atuando.

Para reforçar o entendimento da legislação que ampara a contratação de menores, cabe lembrar a Lei 10.097/2000, que regulamenta esta modalidade de contratação de jovens entre 14 e 24 anos incompletos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, reforçando a ideia de que essa lei foi criada com o objetivo de incentivar a inserção do jovem no mundo do trabalho, modificando-se, principalmente, o artigo nº 428 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que trata do emprego do jovem.

Diante deste contexto, Máximo (2012), em um estudo feito com profissionais egressos do programa Jovem Aprendiz que conseguiram atingir posições de liderança em seus postos de trabalho, identificou que estes continuavam pontuando dificuldades na manutenção em seus respectivos empregos ou na reinserção no mundo do trabalho quando demitidos. Ao relatarem suas experiências e a necessidade de conciliar trabalho e estudo, estes jovens revelaram dificuldades para o próprio desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, alcance de melhores posições nas empresas em que atuavam.

No que se refere ao tema da aprendizagem para os jovens, na perspectiva da formação para o mundo do trabalho, faz-se necessário recorrer novamente à Lei 10.097/2000, a fim de esclarecer o que preconiza o texto contido na referida legislação:

No âmbito da Lei da Aprendizagem, aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação na profissão para a qual está se capacitando. Deve cursar a escola regular (se ainda não concluiu o Ensino Médio) e estar matriculado e frequentando instituição de ensino técnico-profissional conveniada com a empresa. (BRASIL, 2000).

Segundo o MTE, é possível encontrar também outros esclarecimentos a respeito do que é tido como “aprendizagem”, a partir da perspectiva estabelecida no ECA, cuja definição e recomendações são expressas a seguir.

Na definição do ECA (art. 62), a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem. Este é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e de prazo determinado, com duração máxima, em regra, de dois anos.

Aqui é necessário lembrar que, ao longo da história, as políticas públicas postas em prática no Brasil, tendo em vista a inserção do jovem no mundo do trabalho, estavam ancoradas na filosofia de filantropia, diminuição da pobreza e controle da violência e, portanto, nesse contexto, as atividades laborais fornecidas nos cursos oferecidos pelas redes de ensino oficiais não traziam nenhuma possibilidade de ingresso em postos bem remunerados, situação que contribui para dificultar as possibilidades de ascensão social destes jovens.

Durante a realização de um grupo focal com os sujeitos desta pesquisa, alguns jovens pontuaram que gostariam de ver oferecidos nas instituições que oferecem cursos profissionalizantes, modalidades que possibilitassem um aprendizado mais amplo, cursos mais bem avaliados pelas empresas, tais como o de webdesigner, por exemplo, fato que contribuiria para torna-los mais bem avaliados pelos empregadores e, por conseguinte, aumentassem as chances de efetivação ao término de seus contratos como aprendizes.

Esta percepção, que será vista de forma mais abrangente mais à frente neste estudo, a partir das apresentações de algumas narrativas dos jovens, se deu porque que a ONG em que estão matriculados os habilita em um curso análogo ao de Auxiliar Administrativo, posição que assume um caráter pouco estratégico para a maioria das empresas no âmbito da hierarquização das posições dos trabalhadores.

Diante desta perspectiva apresentada pelos jovens, ainda que estes reconheçam a importância do curso complementar que fazem como fator que os diferencia dos demais, resta entendido que a ancoragem na filosofia de diminuição de pobreza e redução de violência das classes populares não se modificou com a atualização da legislação, afinal, de acordo com as narrativas dos jovens a maior parte das instituições que alguns informaram ter procurado oferecem cursos de menor status social no campo do trabalho, mesmo para os trabalhadores efetivados.

Como mencionado nesta pesquisa, reconhece-se que diferentes iniciativas governamentais vêm sendo empreendidas por meio de programas destinados a contribuir para o futuro ingresso dos segmentos jovens no mundo do trabalho em melhores condições e que estas iniciativas passam por um longo caminho de evoluções e retrocessos no contexto da criação e eventual implantação das políticas públicas para este extrato da população. Entretanto, não obstante o reconhecimento dos jovens sobre a importância do programa, estes desejam aumentar as possibilidades de manutenção nas empresas e de crescimento profissional a partir da oferta de melhores cursos.

No bojo do tema da atenção aos jovens e das conquistas alcançadas a partir dos anos 1990 cabe mencionar a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direito.

Em que pesem as iniciativas da sociedade civil e dos últimos governos na busca de tornar o jovem um sujeito de direito, ainda é possível encontrar na leitura de reportagens de alguns jornais e revistas¹ fluminenses – região mencionada apenas pelo fato de esta pesquisa ser aplicada a esta região – o drama de uma parcela das juventudes, que enfrenta grande dificuldade de inserção no mundo do trabalho.

Já em relação a questão do perfil da juventude brasileira, convém destacar que:

[...] a duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens– a

¹Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/numero-de-jovens-internados-por-traffic-de-drogas-triplica-em-dez-anos,60731a7e80d60410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>; <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/numero-de-jovens-no-traffic-de-drogas-triplica-em-10-anos>>; <<http://oglobo.globo.com/pais/crece-participacao-de-criancas-adolescentes-em-crimes-8234349>>; <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-27/envolvimento-com-traffic-eleva-numero-de-criancas-e-adolescentes-apreendidas-no-rio>>.

origem social, a renda familiar e o nível de desenvolvimento da região onde vivem – e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis/lugares que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocuparam na sociedade.(AQUINO, 2009, p.31).

Ainda em relação ao tema “juventudes”, a autora explica que se tornou comum o uso do termo *juventudes* como forma de demonstrar a diversidade de formas com que os jovens se apresentam e as variadas demandas e desejos que emanam.

É importante destacar que, apesar de o fator econômico ser um dos condicionantes para a falta de acesso e, principalmente, da permanência dos jovens na escola, ele não é único. Este é um fator que impõe uma situação injusta para os mais pobres diante dos desafios de um mundo do trabalho que exige cada vez mais conhecimentos diversificados. Sobre essa questão, será necessário chamar a atenção para o papel das relações sociais na permanência escolar, como revela Silva (2003):

A compreensão da permanência escolar decorre da dinâmica estabelecida entre as características singulares do agente e as redes sociais nas quais ele se insere. Relação que se dá num quadro histórico e social, produzido e produtor, de variadas formas, das instituições sociais e diversos agentes. Logo, tem mais significado para a permanência escolar, dentre outras coisas, a posição ocupada pelo agente nos campos escolar e familiar.(SILVA, 2003, p. 128)

Ainda nesta mesma obra, o autor lança mão da expressão “inteligência institucional” para explicar que, quanto maior o destaque e a posição alcançados pelo indivíduo no campo escolar, maior o significado da permanência escolar, como se destaca a seguir:

Essa posição é fruto de uma série de variáveis, que vão de seu carisma até sua capacidade de jogar com as normas disciplinares, assim como as notas conseguidas nas disciplinas escolares. E o elemento fundamental para a conquista dessa posição é um tipo de inteligência que pode ser denominada de institucional. Ela revela-se através do grau de compreensão manifesto pelos alunos sobre as regras do jogo no campo escolar e a maneira de jogar com elas. (SILVA, 2003, p.128).

Diante deste quadro, pode-se dizer que a chamada “inteligência institucional” a ser desenvolvida pelos jovens os ensinará a compreender as citadas regras do jogo no campo escolar e, por que não dizer, poderá ser absorvida e levada a outras fases da vida, como no momento da busca pela qualificação profissional, habilitando

estes jovens para disputas em melhores condições por aquelas eventuais vagas oferecidas no mundo de trabalho.

Um exemplo de aprendizado acerca das regras do jogo mencionado por Silva (2003), e que pode ser verificado nos dias atuais, se refere ao comportamento dos jovens brasileiros durante as manifestações de junho de 2013 – período em que milhões de pessoas, a maioria jovens, saíram às ruas das cidades brasileiras para clamar por melhorias nas condições de vida da população. Nestas manifestações, alguns dos principais brados eram referentes a melhorias nas áreas de educação e emprego. Em meio aos gritos dos jovens, era possível identificar que, entre as causas apresentadas, havia uma forte pressão sobre os órgãos governamentais no sentido de que fossem elaboradas e implantadas novas e mais eficientes políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda para as juventudes.

Não menos importante é o estabelecimento do mesmo tipo de pressão popular para que o sistema educacional público seja capaz de oferecer alternativas educacionais que resultem na geração de mais oportunidades para formação de pessoas que estejam preparadas para enfrentar os desafios propostos pelo mundo do trabalho. Sobre este aspecto, Aquino (2009, p. 10) aponta o seguinte:

O jovem brasileiro hoje precisa, sim, de uma escola que estimule o desenvolvimento de suas habilidades, de modo a permitir sua inserção autônoma e com segurança nos vários espaços da vida social – o trabalho, a vida comunitária, a cena política, a cidadania. Não basta romper o círculo vicioso entre inserções precárias, abandono da escola e desalento, que marcam a trajetória de parte significativa deste segmento no mundo do trabalho; é necessário também promover condições que respeitem as especificidades do trabalho juvenil, compatíveis com as outras dimensões relevantes desta e para esta etapa de vida, com suas respectivas peculiaridades. (AQUINO,2009. p. 10)

Convém salientar que uma ação de política pública voltada especificamente para as classes populares, com viés de geração de mais oportunidades para estas populações poderia ser encarada como forma de enfrentamento direto dos problemas ou barreiras que restringem o acesso ao mundo do trabalho para os grupos economicamente mais fragilizados.

5.4 O Projovem como alternativa para redução das desigualdades sociais

É possível encontrar diversos estudos de caso feitos em várias partes do Brasil que buscam analisar as experiências de implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem em suas localidades e que intentam, sobretudo, verificar a eficácia a respeito da natureza da proposta de inclusão social oferecida pelo programa.

O Projovem, assim como o Jovem Aprendiz, também é um exemplo de Política Pública de inclusão de jovens que surgiu concomitante à primeira Política Pública de Juventude do Brasil.

As constantes mudanças econômicas, políticas e sociais, ocorridas nas últimas décadas no Brasil faz dos jovens o segmento que concentra os mais “*vulneráveis*” (BRASIL, 2006) e, por este motivo, justificariam a criação de uma política pública específica para este extrato da população. Desta maneira, no âmbito da Política Nacional de Juventude foram agrupados todos os programas desenvolvidos pelo Governo Federal, através dos vários Ministérios, voltados para a faixa etária de 14 a 29 anos. Dessa forma, os objetivos impostos à Política Nacional de Juventude ficaram assim estabelecidos (BRASIL, 2006, p. 8):

- a) ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- b) erradicar o analfabetismo entre os jovens;
- c) preparar os jovens para o mundo do trabalho;
- d) gerar trabalho e renda;
- e) promover uma vida saudável;
- f) democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- g) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- h) estimular a cidadania e a participação social; e
- i) melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Todavia, para chegar a esse ponto, é necessário destacar esforços anteriores no campo das políticas públicas para a juventude. Nesse sentido, a criação, em 1990, do ECA foi um passo importante na direção da proteção e garantia de direitos deste segmento da população. Nesse sentido, pode-se afirmar que o ECA é um instrumento essencial como base para criação e implementação de políticas públicas com vistas à proteção e ao desenvolvimento da criança e do adolescente brasileiro, na medida em que estipula critérios e parâmetros de proteção a este segmento. Ainda em relação ao ECA, cabe mencionar o que fixa o Art. 3º das Disposições Preliminares do Estatuto que no título I, menciona o seguinte:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990).

Blanco (2010) cita Castel (2004) ao apresentar em seu texto o conceito de “desfiliação”. O desfiliado (que seria um termo mais adequado em lugar de excluído) é o cidadão advindo das áreas periféricas, alijado do mercado de trabalho, que não encontra mais remuneração “oficial” e nem as garantias sociais advindas de sua vinculação ao mundo do trabalho. Para Castel (2004), *apud* Blanco (2010), o aumento da situação de *desfiliação* ocorre “em função do acirramento das relações contratuais de trabalho e do desmonte do Estado de Bem-Estar Social frente às mudanças tecnológicas e econômicas trazidas no desenrolar do capitalismo global”. Diante desse contexto, o autor propõe um modelo de explicação sociológica construído em zonas de “filiação e desfiliação” social, que representam “zonas de desintegração social do tipo centro-periferia”.

Castel(2004), *apud* Blanco (2010), ainda aponta que a utilização do termo “exclusão social” expande-se para além da relação com o afastamento do mercado de trabalho, referindo-se à subtração da cidadania, quando não se dá o acesso igualitário a direitos garantidos pelo *welfarestate*, tais como: “uma educação de qualidade, trabalho, saúde, moradia, lazer, cultura e um ambiente natural saudável” (BLANCO, 2010, p. 5).

Diante desta perspectiva, a pauta da qualificação profissional das juventudes para a ampliação das oportunidades e, concomitantemente, a geração de oferta de demanda para que estes mesmos jovens ocupem as eventuais vagas criadas constitui uma etapa de inclusão social e, por conseguinte, contribui para diminuição das possibilidades de desfiliação social das camadas menos favorecidas.

5.5.O jovem como protagonista de mudanças sociais

A partir de uma nova concepção do jovem como protagonista de direitos e mudanças sociais ele deixa de ser visto como problema e passa a ser identificado por uma dimensão mais ampla, como um sujeito que necessita de uma formação que o auxilie a compreender o mundo em que vive e ser cidadão, afinal:

A população jovem representa hoje, segundo dados da última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2010 mais de 1/3 da população total brasileira, o que a coloca como segmento fundamental para o desenvolvimento do país. (MACIEL; CARDOSO, 2010p.3).

Nesse contexto,foi dada importância ao fortalecimento da questão da cidadania em programas como o Jovem Aprendiz e ProJovem, pois é para este sujeito que as políticas públicas para juventude devem se apresentar,sempre “de forma inovadora no âmbito dos pressupostos teóricos – metodológicos da educação”, pois “nesta perspectiva, o jovem é considerado cidadão, e tanto sua vida escolar como sua preparação para o mercado de trabalho é fundamental para inserção social” (MACIEL; CARDOSO, 2010 p. 1).Faz parte do senso comum, enxergar os jovens, sobretudo os de camadas populares, como sujeitos alienados da política, de pouca informação. Não raro, jovens que não conseguem ou demoram a encontrar uma colocação no mundo do trabalho são taxados de “vagabundos”.. Diante deste cenário, programas como o Jovem Aprendiz surgem como uma alternativa, um caminho para que as juventudes possam ver estabelecidas pontes que os levem até às empresas que oferecerão a primeira oportunidade de adentrar ao mundo do trabalho, ainda que na condição de aprendizes. No entanto, por sua condição complementar, o programa não tem

condições de sanar eventuais lacunas de aprendizado acumuladas pelas juventudes das classes populares ao longo de suas trajetórias, como no caso dos sujeitos desta pesquisa, que vêm de regiões que, historicamente, convivem a marca da exclusão.

Ainda assim, o programa assume uma condição de complementaridade importante no que tange à contribuição para a preparação dos jovens que buscam sua inserção no mundo do trabalho em condições melhores do que aqueles que não conseguem fazer um curso adicional e, portanto, complementar à escola regular.

Do ponto de vista das demandas do capital, das empresas que ofertam as vagas, o anseio é pela chegada de jovens devidamente adestrados e entendedores da lógica das relações de poder que são estabelecidas nos ambientes corporativos e, nesse sentido, aqueles que não passam nos cursos de formação para o trabalho pelo devido enquadramento a esta lógica tenderão a ter mais dificuldades de aceitação no ambiente das empresas, no âmbito das relações de trabalho.

Levando-se em conta as necessidades de se oferecer às juventudes das classes populares uma melhoria na renda que os permita atender a necessidades e sonhos básicos de consumo – e sabendo-se que a lógica das relações de trabalho cumpre um roteiro conhecido, como o já mencionado, programas como o Jovem Aprendiz podem ser entendidos como um passo para aqueles que, por sua condição, se veem excluídos de direitos essenciais do cidadão, tais como trabalho, trabalho, renda e educação.

Assim,

Na visão dos jovens, o trabalho, aparece enquanto demanda fundamental e urgente que precisa estar atrelado às práticas concretas de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho e de inclusão social, garantindo sua sobrevivência e formação. O que encontra sua justificativa nos baixos níveis de renda e consumo destes jovens que têm em comum o pertencimento à classe trabalhadora, que historicamente vêm sendo excluídos dos benefícios científicos e tecnológicos desenvolvidos na sociedade. (SOUZA; RIBEIRO, 2010 p. 10).

Para saber quais objetivos são realmente atingidos em relação aos que foram propostos pelo programa é necessário uma investigação mais aprofundada. No entanto, o objetivo central deste capítulo foi reforçar o entendimento sobre o programa até aqui, justamente por conta de seu sincretismo com o tema central

desta pesquisa, quais sejam os jovens fluminenses em busca de formação profissional – estes sujeitos que se encontram em busca de formação complementar para conseguir seu espaço no mundo do trabalho.

5.6.Expectativas e comportamentos das juventudes em relação ao mundo do trabalho

Apesar de toda complexidade compreendida ao longo do ciclo de implantação de políticas públicas no Brasil e do conjunto de atores necessários à realização destes mesmos ciclos, algumas pesquisas apontam para o fato de que muitos jovens brasileiros oriundos das classes populares mostraram que desconhecem ou minimizam o papel do Estado na garantia de seus direitos e adotam uma postura liberal acerca de seu futuro no mercado de trabalho. Ou seja, para estes jovens, de um modo geral, o trabalho assume um significado de trampolim para uma desejada ascensão econômica.

Nesse sentido, é notada a prevalência no comportamento das juventudes de uma perspectiva que não rompe com os padrões sociais aprendidos com as gerações anteriores, qual seja, o modo de vida de seus pais. Esses jovens acreditam que seu futuro depende,exclusivamente, do esforço pessoal, não importando, portanto, a origem de sua condição socioeconômica.

Assim, almejam acima de tudo, estabilidade material e não enxergam no trabalho uma forma de contribuição social ou mesmo de qualquer tipo de fruição ou prazer. Buscam, sobretudo, a garantia de que não sofrerão as mazelas do desemprego e que poderão ter um “lugar ao sol” na sociedade, através do crescente poder de compra que, acreditam eles, será garantido pelos seus bons salários, caso consigam se formar numa faculdade e, posteriormente, se inserir no tão disputado e saturado mercado de trabalho.

Essa leitura é feita a partir da pesquisa de Macedo, Alberto e Araújo (2006), acerca das expectativas de jovens aprendizes, cujos resultados apontaram para uma postura bem individualista por parte dos entrevistados. De acordo com os

autores, em geral, as falas dos adolescentes serviram para assegurar as seguintes categorias: “vivência de experiência” e “disciplinamento” (MACEDO, ALBERTO e ARAÚJO, 2006, p. 785).

Desta forma, segundo os autores mencionados, pode-se afirmar que:

No plano ideológico, desvia-se a responsabilidade do social para o individual, uma vez que, pelo fato de não haver políticas de emprego e renda dentro do projeto de desenvolvimento social nacional, considera-se que os adolescentes e jovens devam adquirir competências e habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis. (MACEDO; ALBERTO; ARAÚJO, 2006, p. 784).

Para entender um pouco mais a temática da inserção social de jovens de baixa renda no mundo do trabalho é essencial adentrar sempre e mais a seara de elaboração de políticas públicas, sobretudo aquelas que contrariem as orientações dominantes e redutoras da complexidade dos fenômenos sociais, conforme estudos contidos em Soares (2010), Sposito (2009) e Santos (2004), além de outras menções já feitas até aqui.

No que tange a Políticas Públicas, elas são aqui compreendidas como o “Estado em ação” (GOBERT e MULLER, 1987). Segundo a autora, trata-se de um projeto de um governo eleito implementado pelo Estado (que é uma instância permanente) através de um conjunto de ações estabelecidas para grupos específicos das camadas sociais. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado, quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Nesse sentido, segundo a autora, políticas públicas não poderiam ser reduzidas a políticas de governo.

[...] as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social estabelecido pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HOLFING, 2001, *Apud* GOBERT e MULLER, 1987).

Há, ainda, outros dois questionamentos pertinentes a esta pesquisa: o primeiro diz respeito às políticas públicas, quais são e a quem se dirigem nesse contexto de escassez de oportunidades para os jovens? O outro se refere ao próprio conceito de juventude, que foi se modificando ao longo da história. Por este motivo, será necessário gerar esclarecimentos sobre o tema utilizado atualmente.

Segundo Dayrell,

[...] a juventude deve ser compreendida, bem como outras fases da vida, a partir de suas duas componentes: biológica e social. Outra questão destacada pelo sociólogo diz respeito à dificuldade de se falar de “uma” juventude. O que se verifica são “juventudes”, que vivenciam de formas diversas essa fase da vida. Quanto à adolescência, Dayrell afirma se tratar de uma categoria utilizada principalmente pela psicologia. Na Sociologia da Juventude, a adolescência costuma ser considerada como uma fase da juventude, ou seja, seu período inicial. (GOMES; COSTA, 2011, p. 13).

As questões relacionadas à aplicação de políticas educacionais e de inserção dos jovens no mundo trabalho são fundamentais para a devida compreensão do tema proposto por esta pesquisa. Diante desta perspectiva, conforme se pode depreender do estudo de Kraychete e Santana (2012), publicado pelo IPEA, denominado “Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva: conceitos e políticas públicas”, até os anos 1970, foi predominante a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista.

Porém, não foi isto o que aconteceu: “Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num ‘circuito inferior’ da economia do qual já falava Milton Santos (2004, p. 58), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos.”

Ainda no mesmo trabalho, Kraychete e Santana (2012) seguem indicando Santos (2004), que já sinalizava que, “por sua magnitude e caráter estrutural, a reprodução dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. A sua permanência expressaria uma

matriz de desigualdade e pobreza que se mantém ao longo da história.”(SANTOS,2004, p. 58).

Sobre a questão do fenômeno da desigualdade nas relações de trabalho, convém apontar o que indica Paul Singer em trabalho organizado por Ricardo Abramovay.

Hoje está claro (para muitos de nós) que: a economia capitalista certamente não tende a empregar todos que precisam de emprego, talvez sequer a metade deles; que ao lado da economia capitalista, continuará existindo, no futuro previsível, uma vasta economia popular, composta por produtores individuais, familiares ou associados, além de cooperativas de produção coletiva, empreendimentos sem fins de lucro etc.(SINGER, 2004, p. 13).

Interessante destacar aqui o trabalho desenvolvido pelo “Observatório Jovem”(UFF, 2014), que iniciou suas atividades no ano de 2001 como um grupo de pesquisa e extensão universitária,vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Suas principais preocupações de estudo, pesquisa e extensão estão relacionadas com a investigação de processos sociais educativos escolares e não escolares, as situações de vida dos jovens na contemporaneidade e suas mobilizações sociais, culturais e políticas. O Observatório produz matérias de conteúdo próprio na forma de entrevistas e reportagens e também procura divulgar informações qualificadas de outras fontes. É possível retirar de suas publicações alguns dados atualizados sobre as juventudes no Brasil.

As investigações feitas até aqui, no decorrer desta pesquisa acerca de juventude e empregabilidade são fortemente inspiradas pela crise e pelas transformações do mundo do trabalho, especialmente o assalariado, a partir dos anos 1990. Este processo levou a interrogações sobre o mundo do trabalho na vida de crianças, adolescentes e jovens, de suas experiências concretas neste espaço diante de um cenário de desemprego e precarização das relações trabalhistas, das novas (ou não) relações entre educação e trabalho e das ações públicas implementadas por diferentes atores para lidar com tal conjuntura.

A perspectiva da precarização nas relações de trabalho aqui mencionada, sobretudo para os jovens oriundos das classes populares que tiveram acesso somente à escola pública das redes tradicionais é identificada nas narrativas dos sujeitos deste estudo, na medida em que estes sujeitos pontuaram que aqueles que

não fazem cursos de formação complementar tendem a conseguir somente aqueles postos de trabalho de menor prestígio social.

6 SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS JOVENS

Uma vez abordados alguns dos principais aspectos da legislação relacionada à questão das políticas para a juventude e sua relação com o mundo do trabalho, cabe estudar a questão das trajetórias de um grupo de jovens, a partir da abordagem de Dubar (1991), segundo a qual, a análise das trajetórias sociais defronta-se com a articulação de dois aspectos do processo biográfico do indivíduo, quais sejam: a “trajetória objetiva”, que é definida como uma sequência de posições sociais ocupadas durante a vida do sujeito e a “trajetória subjetiva”, que é expressa em relatos biográficos. Diante desta perspectiva, o autor explica que confrontar estas análises – trajetórias objetivas e subjetivas – é importante para se apreender que as identidades sociais são, ao mesmo tempo, processos biográficos e institucionais.

Estabelecendo-se uma relação da temática das trajetórias de vida e processos identitários com os jovens sujeitos desta pesquisa, surge de imediato a questão do “*habitus*”, conceito central da obra de Bourdieu (1978), que explica que as trajetórias de vida dos indivíduos são, via de regra, associadas a determinados “*habitus* de classe”, que por sua vez estão relacionados às próprias trajetórias sociais dos indivíduos e ao lugar que estes conseguem alcançar. Por óbvio, segundo a abordagem de Bourdieu (1978), a partir de um modelo que Dubar (1991) chama de hipotético-dedutivo,

[...] um operário filho e neto de operário não tem o mesmo *habitus* que um alto executivo, filho e neto de empresário. Podemos, contudo, avançar a hipótese de que a “ancoragem” de cada um em sua classe induz certas disposições homólogas. (DUBAR, 1991, p. 11).

A partir desta tendência de ancoragem do sujeito a sua própria categoria de classe, seria possível supor que a maioria dos jovens participantes desta pesquisa, por saberem-se oriundos de classes menos favorecidas estaria inclinada a procura de oportunidades de qualificação profissional e/ou cursos de aperfeiçoamento mais à feição de suas próprias classes sociais em vez de se sentirem encorajados ou

preparados para a busca de posições que ofereçam um *status* mais elevado diante da representação social que cada categoria de trabalho oferece.

Ainda segundo Dubar (1991), a questão da identidade biográfica não pode ser considerada "ilusão", pois os diversos extratos sociais contribuem para o surgimento do que classifica como identificações coletivas, que por sua vez acabam por gerar uma matriz de disposições chamada *habitus* por Bourdieu (1998), como já mencionado.

Esta matriz impõe o acesso a posições e papéis sociais diferentes para as diferentes categorias de classes, sendo, portanto, difícil de ser superada. Segundo conclui Dubar (1991),

[...] as categorias sociais, interiorizadas no decorrer do ciclo de vida (níveis escolares, categorias profissionais, posições culturais...), constituem o material a partir do qual os indivíduos inventam para si identidades singulares, para unificar suas existências e tentar fazer valer sua pretensão em um ou outro campo da prática social." (DUBAR, 1991, p. 5).

A partir desta perspectiva, é como se o indivíduo nascesse e vivesse para o cumprimento de sua trajetória social "objetiva", ficando a cargo das instituições sociais a determinação acerca daquelas identificações subjetivas. Nesse sentido, "a pessoa não existe de fato fora de seus quadros sociais" (DUBAR, 1991 p. 5, *apud* ELIAS, 1991a).

6.1 Metodologia

Esta pesquisa buscou conhecer a legislação que rege o Programa Jovem Aprendiz, bem como investigar as trajetórias de um grupo de jovens alunos da ONG CAMP Mangueira que buscam qualificação profissional com o objetivo de conseguir uma vaga em empresas conveniadas com a referida instituição, no âmbito da Lei 10.097/2000.

Esse conhecimento foi adquirido, inicialmente, por intermédio de uma entrevista individual com uma aluna do CAMP Mangueira que trabalha como jovem

aprendiz em uma empresa de telecomunicações. Esta entrevista, gravada e transcrita, foi bastante elucidativa no que tange ao entendimento das percepções dos jovens a respeito do programa e serviu de base para a criação do roteiro utilizado no grupo focal.

Em seguida, houve a realização de uma “roda de entrevistas” semiestruturadas, no modelo grupo focal, que aconteceu na própria instituição pesquisada.

Em relação ao grupo focal, cabe esclarecer que ocorreram duas rodadas, sendo apenas a segunda com captação de áudio, conforme autorização dos participantes. Os relatos gravados somaram 1h: 24min, e foram transcritos em seguida, tendo gerado mais de 60 laudas de narrativas utilizadas como material de análise para este pesquisador.

Foram convidados a participar da pesquisa 12 (doze) jovens alunos do CAMP Mangueira, sendo 5 jovens do gênero masculino e 7 do gênero feminino, todos na faixa etária dos 16 aos 20 anos, de acordo com o interesse e disponibilidade destes sujeitos em contribuir com o relato de suas experiências e narrativas de suas respectivas trajetórias de vida para a realização deste trabalho. Desta forma, a escolha do número de jovens e sua distribuição deram-se tanto para que houvesse uma distribuição por gêneros, mas, também, por ter sido este o número de sujeitos dispostos a participar do estudo como voluntários.

A proposta de se trabalhar somente com sujeitos que cursavam as aulas oferecidas pela instituição ancorou-se na ideia de que a percepção destes em relação à formação para o trabalho não sofresse influência de eventuais frustrações decorrentes de egressos do curso que não tivessem conseguido uma colocação ou oportunidade de emprego. Nesse sentido, a pesquisa procurou dar protagonismo aqueles jovens que, por estarem com o curso em andamento, estivessem, supostamente, com maiores expectativas em relação ao futuro.

Além das entrevistas com os jovens, ocorreram, também, conversas informais com funcionários da instituição para aprofundamento do conhecimento em relação ao próprio trabalho da referida organização e atividades ali realizadas.

O roteiro de perguntas que serviram de base para as entrevistas abordava aspectos tais como: idade; gênero; escolaridade; motivos da escolha daquela

instituição; expectativas e opiniões dos jovens sobre o tema mundo do trabalho; narrativas das trajetórias de vida dos sujeitos, entre outras questões apresentadas em documentos contidos na seção Apêndice deste trabalho.

Com o devido consentimento obtido no Conselho de Ética, foi feito um agendamento com os responsáveis pela instituição para uma exposição acerca dos objetivos deste trabalho e, também, para a busca de uma autorização que permitisse a este pesquisador conversar com os alunos, dentro do formato mencionado.

Faz-se necessário aqui esclarecer que, antes da realização das entrevistas, tanto os responsáveis pela ONG, quanto os jovens a serem entrevistados tiveram total conhecimento dos objetivos da pesquisa e foram devidamente informados a respeito do caráter voluntário da participação de cada um, da garantia de anonimato e da liberdade de todos para encerrar sua participação a qualquer momento, sem geração de qualquer sanção ou ônus ao participante.

A proposta das entrevistas no modelo grupo focal partiu da ideia de se explorar ao máximo os comentários dos participantes com o intuito de se identificar, por meio de suas respostas, discussões e interpretações das questões apresentadas, os eventuais significados atribuídos pelos jovens à questão da formação para o trabalho, bem como conhecer suas respectivas trajetórias de vida, buscando-se, assim, os pontos de convergência entre aquele grupo de indivíduos.

Uma vez realizado o grupo focal, devidamente documentado em gravações eletrônicas e apoiados com fichas de anotações, foi gerado um material com as transcrições das narrativas colhidas no grupo focal, mantendo-se estas transcrições, para efeito de consulta, fieis às falas dos sujeitos entrevistados. No texto, deste trabalho, no entanto, este pesquisador optou por extrair das falas dos participantes apenas os aspectos e trechos de maior relevância e identificação com o tema central, optando pela utilização de sínteses das narrativas sempre que necessário.

Em seguida, foi feita uma análise do material colhido em campo para análise das respostas, de acordo com seus sentidos, significados, opiniões, percepções e aspectos de construção da realidade apresentados pelos sujeitos da pesquisa.

A decisão de se trabalhar com um grupo focal, surgiu a partir da perspectiva levantada por Gatti (2005), segundo a qual, “o trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade de determinados grupos

sociais”. Diante deste aspecto, é preciso levar em conta o caráter fundamental acerca do entendimento de como os jovens atores desta pesquisa compreendem a realidade em que estão inseridos e como encaram a tarefa de ter que fazer um curso complementar ao ensino regular, buscando aumentar, assim, suas respectivas jornadas de atividades para que consigam melhorar as chances de colocação no mundo do trabalho e a obtenção do acesso ao primeiro emprego.

A proposta inicial foi de uma pesquisa qualitativa que permitisse identificar as percepções dos jovens surgidas durante o grupo focal. Neste sentido, cabe esclarecer que as pesquisas qualitativas podem se utilizar de um vasto repertório de métodos e instrumentos de coleta de dados, tais como: observação participante, entrevista (individual ou grupal), grupo focal e análise documental (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001).

De um modo geral, a pesquisa consistiu, primeiramente, de levantamento bibliográfico acerca dos temas tratados, do contexto em que se inserem as políticas públicas para a juventude no Brasil, o histórico de criação até a eventual implantação destas mesmas políticas e, na sequência, de idas a campo para a devida investigação sobre as atividades realizadas pela ONG CAMP Mangueira e realização do grupo focal com os jovens, como já mencionado neste capítulo.

Importante recordar que a referida ONG mantém parcerias com diversas empresas para onde os jovens são enviados para a participação em processos seletivos, ocasião em que alguns serão escolhidos para ocupar as vagas oferecidas e outros retornarão para participar de novos processos que, por ventura, venham a ser oferecidos pelas empresas parceiras.

Além do grupo focal, houve uma pesquisa documental, que consistiu na busca de informações em documentos sobre o temática do Jovem Aprendiz, tais como: decretos, leis e informações oficiais da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Juventude (SEPPJ), do Ministério da Educação, conforme mencionado ao longo deste trabalho.

Em relação ao tema da pesquisa documental, cabe ressaltar que, segundo Ludke e André (1986), este tipo de análise constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Já os dados coletados nas entrevistas e observações de campo passaram por uma Análise de Conteúdo e, dentro desse contexto, foram tratados na modalidade de Análise Temática, visto que Bardin(2000), dentre as diversas alternativas para a categorização, afirma que esta é “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples”. A análise temática, de acordo com a autora, exige leitura dos registros e das entrevistas inúmeras vezes, até que deles sejam levantados temas que, posteriormente, sirvam como orientadores para a categorização dos dados e análise à luz dos pressupostos teóricos.

Pretendeu-se com a análise de conteúdo, portanto, estabelecer-se uma relação entre alguns itens do discurso dos participantes por meio de um processo de categorização de ocorrências contidas nas falas. No preparo desses dados, procurou-se separar as informações colhidas nas entrevistas em categorias, levando-se em conta que, conforme aponta Rizzini (1999), os dados e informações recolhidos em uma pesquisa por si só não possuem relevante importância, eles constituem uma descrição pura e, muitas vezes, simplista dos conteúdos colhidos. No entanto, ainda segundo Rizzini (1999), são estes dados que irão ajudar a proporcionar uma interpretação dos significados, tendo como base a frequência e a presença com que determinados elementos significativos são apresentados no decorrer dos textos.

Uma vez mencionados os principais aspectos da legislação que rege o programa Jovem Aprendiz, cabe esclarecer que a escolha da empresa objeto desta pesquisa se deu por ser esta uma instituição que recebe um grande número de jovens interessados em disputar uma vaga de trabalho por intermédio do Programa Jovem Aprendiz, mencionado nesta pesquisa no âmbito das políticas públicas para a juventude.

7 CONHECENDO O LOCUS DA PESQUISA

A Organização Não Governamental (ONG) escolhida para o estudo de caso foi o Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro, mais conhecida como CAMP Mangueira. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que, segundo definição da própria entidade, tem como objetivo contribuir para a formação socioeducativa de jovens, visando a capacitá-los para o mercado de trabalho.

A referida instituição mantém convênio com diversas empresas devidamente cadastradas em seu banco de parceiros, para onde os alunos são encaminhados para participar de processos seletivos e, uma vez contratados, realizar suas atividades.

As organizações conveniadas ao CAMP MANGUEIRA pertencem a diferentes ramos de atividades e possuem, em sua maioria, renome em suas respectivas áreas de atuação, tais como: Unimed Rio, Xerox do Brasil, UniRio, Dannemman ou Net, entre outras. Todas são sediadas na cidade do Rio de Janeiro e recebem neste convênio os alunos que passaram pelo curso de formação profissional oferecido na ONG e que, na visão da instituição, estão aptos a disputar uma das vagas oferecidas pelas empresas.

Ressalte-se que as referidas vagas oferecidas nestas organizações não são necessariamente de emprego formal, mas aquelas destinadas tanto ao programa Jovem Aprendiz, em consonância com a Lei 10.097/00 e Decreto Federal nº 5.598/05, já descritos nesta pesquisa, quanto aos programas de estágio remunerado para alunos do nível médio, no âmbito da Lei 11788/08, que regula especialmente os programas de estágio.

Desta forma, os jovens que se dispõem a disputar estas vagas precisam estar matriculados em um curso oferecido pela ONG, chamado Curso de Capacitação ao Mercado de Trabalho. Na grade curricular do referido curso constam itens como reforço escolar, que inclui aulas de português e redação, além de temas gerais, tais como: informática, word, excell, relações humanas, ética, dentre outras que visam oferecer conhecimentos específicos demandados pelo mundo do trabalho.

Criado em 24 de agosto de 1988, de acordo com pesquisa no portal da instituição, o CAMP Mangueira participa do processo de formação profissional e pessoal de milhares de pessoas e, até os dias atuais, apresenta-se como referência no município do Rio de Janeiro, no âmbito da preparação de jovens oriundos tanto da capital, como de outros municípios fluminenses, para o mercado formal de trabalho.

Conforme relato de uma de suas Coordenadoras, colhido nesta pesquisa, referida instituição defende a filosofia de que, através da iniciação profissional qualificada, os jovens em situação de maior vulnerabilidade e risco social terão a possibilidade de transformar a realidade social em que vivem, construindo um futuro mais digno e mais promissor.

A ONGCAMP Mangueira é parte integrante do Programa Social do Grêmio Recreativo Escola de Samba (GRES) Mangueira, localizada ao lado da Vila Olímpica existente na comunidade conta com um espaço físico preparado para atender cerca de 800 adolescentes por ano, nos turnos da manhã e da tarde.

A seguir, são apresentadas algumas imagens da estrutura oferecida pela instituição.



Figura 1: Pátio Interno da ONG CAMP Mangueira. Fonte: www.campmangueira.org.br



Figura 2: Portão principal da ONG CAMP Mangueira. Fonte: www.campmangueira.org.br



Figura 3: Anexo com salas de aula do CAMP MANGUEIRA. Fonte: www.campmangueira.org.br

A instituição oferece Cursos de Auxiliar Administrativo, seja para os jovens que forem contratados como aprendizes, seja para os que forem contratados como estagiários, de acordo com a legislação específica para cada modalidade.

Assim que chegam à ONG, os candidatos fazem um curso inicial chamado “Curso de Capacitação para ao Mercado de Trabalho”, que é oferecido a todos os jovens que procuram a instituição e são aprovados no processo seletivo. Além do reforço escolar, o curso é composto por disciplinas como informática, redação, português, reforço escolar e relações humanas, dentre outras que visam a oferecer conhecimentos fundamentais ao ingresso do jovem no tão exigente mundo corporativo. Em resumo, a proposta central deste curso inicial é dotar os jovens de comportamentos e atitudes esperadas pelas empresas para que estejam, efetivamente, enquadrados às exigências dos ambientes corporativos.

Cabe aqui reforçar a informação de que o chamado Curso de Capacitação ao Mercado de Trabalho é uma formação inicial oferecida a todos os jovens que chegam ao CAMP Mangueira, tem duração de um mês e serve como uma preparação para que os alunos possam participar das entrevistas com vistas à obtenção das vagas de jovem aprendiz – ou de estágio - oferecidas pelas empresas, no âmbito da legislação.

Uma vez aprovados nas entrevistas nas empresas, os novos jovens aprendizes, tema objeto desta pesquisa, retornam à ONG para um curso de Auxiliar Administrativo que tem duração conjugada com o contrato feito com a empresa contratante. Sendo assim, se o horário de trabalho oferecido pelo empregador for de 4h diárias, o contrato do Jovem Aprendiz terá duração de 2 anos e, durante este período, a jornada do jovem será composta de 4 dias na empresa e 1 dia na instituição formadora. Se, no entanto, o contrato for de 6h diárias de trabalho, o curso terá duração de 1 ano e 4 meses, com o jovem ficando, da mesma forma, por 4 dias na empresa e 1 dia na instituição formadora.

A grade deste curso de Auxiliar administrativo é composta de disciplinas como, informática (Word, excell, power point, etc), redação, marketing pessoal, legislação, cidadania, ética, arquivologia, dentre outras, conforme detalhamento da grade contido no Apêndice C, deste trabalho.

Ademais, os alunos contam com laboratório de informática, onde podem exercitar atividades semelhantes às que serão desempenhadas nas empresas em que irão atuar.

Apresenta-se, a seguir a imagem de um laboratório de informática oferecido pela instituição.



Figura 4: Laboratório de Informática da ONG CAMP Mangueira. Fonte: www.campmangueira.org.br

Ressalte-se, ainda, que somente após a conclusão deste curso inicial os jovens são encaminhados às empresas conveniadas, seja na condição de estagiários ou aprendizes, para atuação que, via de regra, se inicia na função de auxiliar administrativo ou ocupações análogas a esta.



Figura 5: Formandos da 60ª turma de Aprendizes da ONG CAMP Mangueira.
Fonte: www.campmangueira.org.br

De acordo com uma das Coordenadoras da ONG, até os dias atuais, quase 70 turmas foram formadas. Através de uma cerimônia de formatura, os alunos aprovados são certificados e, então, entram para o banco de dados para aguardar a tão sonhada oportunidade de trabalho.

Como indicado nesta seção, os jovens podem ser encaminhados às vagas de aprendiz ou de estágio disponibilizadas pelas empresas parceiras.

Os jovens encaminhados para as vagas de aprendiz realizam um segundo curso (semanalmente) relativo às atividades teóricas obrigatórias em seus contratos de aprendizagem

A gestão do CAMP é conduzida por uma diretoria eleita a cada três anos, cujos membros são, em sua maioria, dirigentes de grandes empresas que priorizam a política de responsabilidade social e que veem nessa atuação a oportunidade de oferecer o melhor de sua experiência profissional em favor daqueles que mais necessitam e, ao mesmo tempo, adequar-se às exigências da legislação.



Figura 6: CIEP Nação Manguereense, localizada no mesmo complexo da ONG CAMP Mangueira. Fonte: www.campmangueira.org.br

A ONG CAMP Mangueira é reconhecida pelos sujeitos desta pesquisa como uma instituição que costuma obter sucesso na mediação com as empresas no sentido de obter colocação para os alunos na condição de aprendizes. Nesse sentido, jovens de diferentes cidades da região metropolitana da capital fluminense são ali atendidos. Abaixo um mapa da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

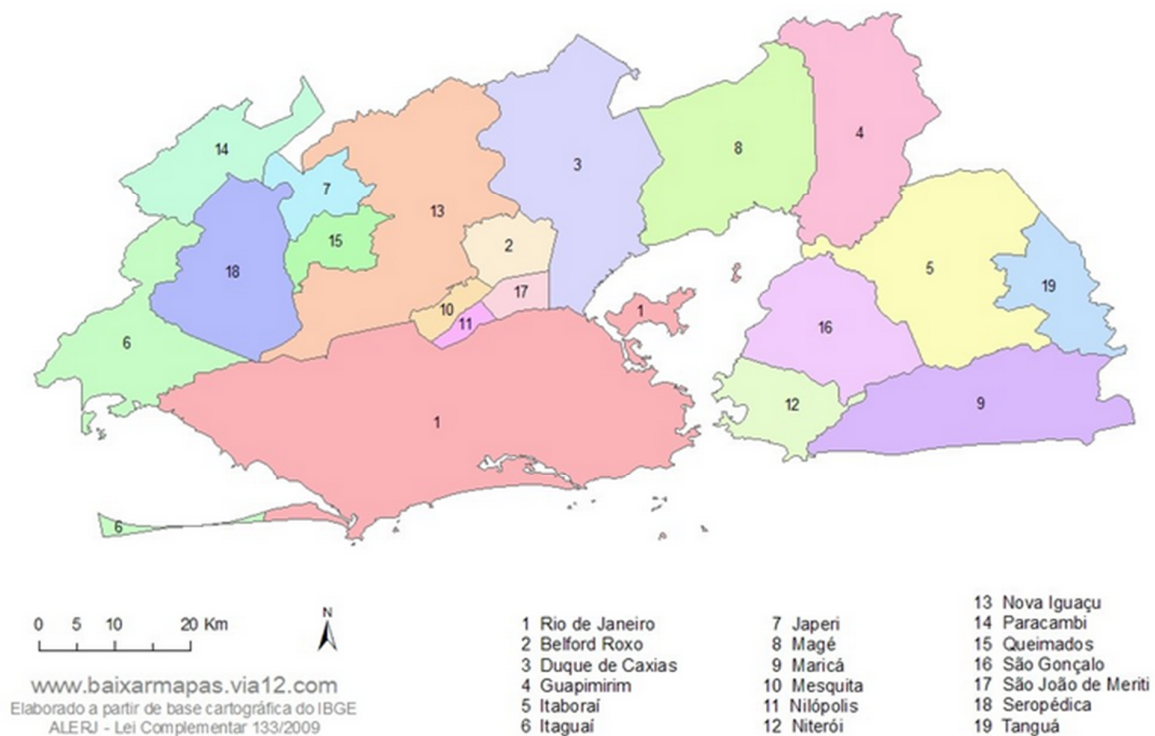


Figura 7: Mapa da Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br>

8 REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL

Após a aprovação no Conselho de Ética e de posse do consentimento da administração da instituição escolhida para a pesquisa, foi então marcado o dia de realização do grupo focal. Para dar andamento à atividade este pesquisador procurou, com o auxílio de uma Coordenadora da ONG, encontrar os sujeitos que estivessem dispostos a participar, falando de suas trajetórias e revelando suas respectivas opiniões e aspirações de forma voluntária no formato escolhido neste trabalho, qual seja o grupo focal.

Uma vez identificados estes voluntários, foram realizadas duas etapas de entrevistas, como mencionado no capítulo metodologia, sendo a primeira de modo mais informal, como que para confirmar a disposição dos jovens em participar, e uma segunda etapa com a devida captação de áudio, também como já mencionado aqui.

Para realização desta segunda etapa, partiu-se para a escolha de um lugar que oferecesse uma estrutura adequada a receber confortavelmente os alunos e que, ao mesmo tempo, permitisse a captação de áudio com qualidade suficiente para as transcrições posteriores às narrativas colhidas nas entrevistas. Para esta atividade foi escolhida uma sala muito bem estruturada, no segundo pavimento do bloco principal da ONG para onde os sujeitos foram encaminhados.

Com o ambiente montado, os participantes foram chegando um a um, sendo recebidos por este pesquisador e se acomodando nos lugares estabelecidos.

No que tange à formação do grupo e aos preparativos para a realização da entrevista, cabe apontar que, conforme assinala Gatti, 2005, a formação de um grupo focal deve ser constituída levando-se em conta o problema da pesquisa, que por sua vez precisa estar devidamente exposto para que as questões ou discussões dele decorrentes possam ser levadas ao grupo. Ainda segundo Gatti, faz-se necessária a elaboração de um roteiro preliminar que tenha por objetivo orientar e estimular a discussão, que incentive o processo interativo entre as pessoas levando-se em conta a flexibilidade que a aplicação da técnica exige, pois “o próprio processo grupal deve ser flexível, embora sem perder de vista os objetivos da pesquisa” (Gatti, 2005, p.17).

Com a chegada de todos os participantes, este pesquisador fez uma breve exposição dos objetivos do trabalho, reiterando o caráter voluntário da participação de cada um e esclarecendo que haveria um gravador no local para captar o áudio das conversas que se dariam a partir dali. Sobre este aspecto, de acordo com Gatti, 2005, sempre que houver gravações em áudio ou vídeo, serão necessárias transcrições posteriores que facilitem o processo de análise de dados – cuidado que, como já mencionado, foi tomada por este pesquisador.

Após estarem todos devidamente acomodados em seus lugares e serem apresentadas as explicações a respeito do trabalho, teve início enfim o diálogo com os participantes.

Para a promoção de uma melhor orientação do grupo focal, foi estabelecido um roteiro prévio de questões, no entanto, como ensina Gatti, 2005, o trabalho com grupos focais permite a inclusão de tópicos não previstos nos roteiros em benefício da concretização do processo interativo do grupo, levando-se em conta, evidentemente, que os objetivos centrais sejam perseguidos durante a entrevista.

9 RESULTADOS DA PESQUISA

Para responder às questões levantadas ao longo desta pesquisa com jovens fluminenses em busca de qualificação profissional, este capítulo apresentará, com base no caminho metodológico escolhido, os dados colhidos durante a realização do grupo focal.

Estes dados são transcritos com comentários complementares deste pesquisador, sempre com o objetivo de enquadrar as falas dos atores em diferentes categorias, tais como origens, opiniões, aspirações e significados atribuídos à temática central e relacionadas às questões de estudo já apontadas ao longo deste estudo.

Tanto o enquadramento nas categorias mencionadas, quanto as respostas às questões de estudo surgiram de forma muito natural na transcrição das narrativas dos sujeitos, gerando instrumentos para a conclusão do trabalho e respectivas considerações finais.

9.1 Percepções dos jovens

No que se refere ao andamento do grupo focal, convém aqui reforçar a ideia de que se procurou estabelecer uma relação entre as perguntas direcionadas aos jovens com as principais questões que essa pesquisa se propôs a responder e, nesse sentido, cabe lembrar que os temas de estudo estabelecidos para a realização do trabalho, foram:

- a) De que forma as experiências vividas nesta Organização Não Governamental (ONG) contribuíram (ou não) para a colocação dos jovens entrevistados no mundo do trabalho?
- b) Que atrativos e/ou recompensas estes jovens enxergam na busca por estes cursos?
- c) Como estes cursos são percebidos pelos jovens e qual o significado atribuído à formação para o trabalho para os sujeitos que os frequentam?

d) Como se deram as trajetórias de vida, as caminhadas destes jovens até a chegada ao curso.

Aceitaram a tarefa de participar como voluntários deste estudo, doze jovens situados todos na faixa etária dos 16 aos 20 anos.

Visando preservar o anonimato dos participantes, identificaremos estes atores, conforme exposto abaixo:

*Do gênero Masculino:*M. 18 anos, Jacarezinho, L. 20 anos, São João de Meriti, O. 18 anos, Jacarezinho, T. 19 anos, Engenho Novo, C. 18 anos, São Cristóvão.

*Do gênero Feminino:*M1. 19 anos, Penha, M2. 18 anos, São Gonçalo, M3. 18 anos, Santa Cruz, L. 20 anos, Mangueira, J. 19 anos, Manguinhos, A. 16 anos, Vigário Geral e V. 18 anos, Colégio.

A análise do campo referente aos locais de moradia dos sujeitos permitiu identificar que, embora estabelecida na Comunidade da Mangueira e tendo como público inicial o atendimento àquele território, dos doze entrevistados, apenas uma jovem era moradora da própria Comunidade da Mangueira, ao passo que dois jovens vinham de cidades da região metropolitana do Rio.

Os demais voluntários são oriundos de diferentes bairros da cidade os quais já mencionados, incluindo aí o bairro de Santa Cruz, que por sua localização geográfica, fica bastante distante da instituição e, portanto, assim como no caso dos municípios vizinhos representa para os alunos um esforço significativo no que tange ao deslocamento nos trajetos casa – escola – ONG - trabalho.

Pela dimensão dos deslocamentos que a maior parte dos sujeitos precisa fazer para ter acesso, tanto ao curso oferecido pela ONG, como às empresas em que atuam, resta entendido que há uma carência de instituições semelhantes nas localidades onde residem, evidenciando-se, assim, uma sobreposição de carências no que tange à formação dos jovens que buscam uma oportunidade no mundo do trabalho, quais sejam a própria deficiência da maior parte da rede pública, que como veremos mais adiante – de acordo com a fala dos sujeitos entrevistados – não seria suficiente para preparar os jovens para a disputa de uma oportunidade no mundo do trabalho e, também, a falta de outras instituições como a ONG pesquisada, que por sua constituição, assume uma função compensatória na tarefa de construir uma

ponte entre as empresas – que oferecem as oportunidades de emprego e os jovens que se dispõem a disputá-las.

Estabelecendo-se uma relação dos locais de moradia dos participantes desta pesquisa com a questão das recompensas enxergadas pelos jovens ao buscar os cursos de qualificação profissional oferecidos pela ONG, percebeu-se ao longo das narrativas que estas recompensas estariam contidas, na visão dos próprios jovens, no fato de que, como resultado destes esforços, estes teriam as “portas abertas” para uma oportunidade de trabalho – posto que, esta primeira oportunidade, para quem tem somente o ensino médio nas escolas públicas regulares é muito mais difícil de ser conseguida.

Esta dificuldade para obtenção da primeira oportunidade de trabalho para alunos oriundos de escolas públicas da rede tradicional assume um caráter de unanimidade nas narrativas destes atores, vez que a totalidade dos sujeitos ouvidos atribui ao curso de qualificação oferecido pela ONG um significado de complementaridade indispensável, sem o qual eles não conseguiriam obter uma chance no mundo do trabalho, que não fosse em uma posição de menor prestígio social, tais como a de balconistas, panfleteiros ou atendentes de lanchonete .

A partir desta dimensão apresentada pelos sujeitos, cabe aqui destacar o depoimento de uma jovem que, ao ser questionada sobre se somente o ensino médio que recebeu seria suficiente para prepara-la para disputar uma oportunidade de trabalho, disparou:

O ensino que recebemos hoje mal prepara para conseguirmos uma vaga no Bob's. Pode até te preparar para trabalhos como distribuição de panfletos, mas para entrar em uma empresa boa – só com esse segundo grau, nem como Menor Aprendiz você tem chance. (V, 18 anos - trabalha em uma operadora de planos de saúde)

Chamados por este pesquisador a emitir uma opinião a respeito da fala mencionada, os demais integrantes da roda de entrevistas compartilharam do mesmo sentimento, contribuindo com opiniões semelhantes, tais como a de outra jovem, destacada a seguir. Ela diz:“(...) só com o ensino médio, atualmente, a gente não está preparado sequer para participar de uma entrevista de emprego”. (J.19anos, trabalha em uma empresa Telecomunicações)

Diante destas perspectivas, justificar-se-iam, na visão dos participantes do grupo focal, os esforços adicionais que fazem em busca desta qualificação adicional que os permita, por intermédio de cursos como os oferecidos pela instituição pesquisada, conseguir cruzar as pontes construídas pelas empresas e ONG's no sentido de se alcançar aquilo que chamaram nas entrevistas de “abertura de portas”, que viessem a ampliar as chances de conquista do primeiro emprego.

Como prosseguimento ao diálogo com os principais atores deste estudo, foi feita uma segunda pergunta, aberta, para que os participantes falassem de suas trajetórias. O primeiro jovem a responder, de fala bastante fluente e bem articulada, apresentou-se revelando o seguinte:

Desde pequeno moro com minha mãe e um dos irmãos na comunidade do Jacaré, (zona norte da capital fluminense). Estudei sempre em escola pública, fui o primeiro filho homem de meu pai, mas tenho outros cinco irmãos, sendo quatro mulheres e um homem. Meus pais trabalharam na função de limpeza e me incentivaram a estudar. Meu sonho é ser um professor de letras, em especial, português e espanhol (...) vim para este curso porque muitas pessoas falavam que aqui eu conseguiria uma oportunidade legal de trabalho. E eu consegui. (O. 18 anos, trabalha em uma Universidade pública)

Este trecho da narrativa do jovem guarda semelhança com o de outros participantes no que tange ao caráter popular dos locais de moradia, já que sua região figura entre as de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade e costuma ser estigmatizada como violenta – e revela também uma aspiração social diferente daquela conferida a seus pais, porém espelhada na de outra figura de seu convívio social, que é a do professor.

Em relação à oportunidade de trabalho obtida por este participante em razão do intermédio da ONG objeto desta pesquisa, cumpre esclarecer que a instituição que o contratou para a função de Jovem Aprendiz situa-se no campo da educação pública de nível superior, tendo aumentado no próprio sujeito, segundo sua narrativa, o interesse inicial que já cultivava pela área de educação.

O jovem continuou sua narrativa, definindo-se como alguém de personalidade forte e defensor de seus princípios. Entre as coisas que alega defender, mencionou

o que chamou de polêmicas da atualidade, tais como redução da maioria penal e o casamento homoafetivo.

Em relação à narrativa deste segundo participante, ressalte-se que a transcrição deste trecho, em que pese certo distanciamento do tema central da pesquisa, se deu pelo fato de o jovem ter atribuído às experiências nas aulas de ética e ao contato com o pensamento de Rousseau, recebidas no curso oferecido pela ONG, um fator essencial para que ele mesmo ampliasse sua leitura de mundo e – consequência disso reconhecesse a importância de estar ali.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que os participantes foram, um a um, mencionando que as experiências vividas no curso podem, sim, contribuir para a obtenção de oportunidades no mundo do trabalho melhores do que aquelas que julgavam que iriam conseguir sem este intermédio, sendo essa característica um atrativo, uma importante recompensa que serve de justificativa para estarem ali.

Uma informação essencial para a compreensão deste estudo está contida no fato de que nem todos os alunos que se matriculam nesta instituição pesquisada vão, necessariamente, conseguir passar nos processos seletivos oferecidos pelas empresas conveniadas, vez que a natureza dos processos de seleção é - como determinam as relações no âmbito do mercado de trabalho -excludente. Desta forma, apenas aqueles que se saem bem nestes processos conseguem a desejada oportunidade de adentrar aos ambientes corporativos na condição de jovens aprendizes.

Já os que não são aprovados nestes processos seletivos, não obstante a necessidade de continuarem cumprindo a carga horária determinada pelo curso, recebem uma atenção especial das equipes da instituição, são informados por profissionais sobre os motivos alegados pelos empregadores para sua não contratação, são incentivados a permanecer nos estudos e continuam sendo encaminhados para outros processos, de outras empresas até que sejam efetivamente contratados – ou não.

Em que pesem os esforços da instituição pesquisada no sentido de gerar oportunidades para todos os alunos, é fato que alguns sobrarão – já que o caráter de seletividade e exclusão que constituem o *ethos* do mercado de trabalho se impõe nesta relação. Ainda assim, como já descrito neste estudo a partir da análise das

narrativas dos jovens, a crença tidapor estes indivíduos de que suas possibilidades no mundo do trabalho serão ampliadas já constitui, por si só, um motivo para que se lancem em busca de uma matrícula no projeto oferecido por esta ONG,afinal, como os próprios definiram, o mais difícil neste flerte inicial com o mundo do trabalho é conseguir entrar na empresa.

Durante o desenvolvimento do grupo focal, houve momentos em que, para manter a coesão e participação dos sujeitos e trazer ao trabalho um caráter de personalidade, optou-se por permitir certo desvio de rota em relação ao tema central, como ensina Gatti, 2005.

Diante desta perspectiva, notou-se entre os participantes uma inquietude em relação à temática da maioridade penal - ea maioria dos presentes pediu para emitir opinião sobre o assunto – o que foi permitido. Dos doze jovens presentes, dez fizeram questão de marcar posição contra a redução, sendo que alguns, como M., que se definiu como radicalmente contra a medida, entre outras falas, assinalou o seguinte:

Bom, eles estão visando muito o lado imediato, eles não pensam no futuro no caso. Outra coisa, isso aí, pode ser resolvido com trabalho de base, trabalho de educação, entendeu? Aos poucos vai modificando essa estrutura em que falam, "ah, é menor, mas para cometer os crimes isso aquilo", mas eu não vejo assim, não vejo por esse lado. Até porque, por exemplo, favela, você vê o local totalmente largado para lá, entende? Eles simplesmente não ligam, fica lá, ficam à margem da sociedade, como muro, entendeu? Então, acredito eu que não deveria haver esse tipo de política imediatista em cima da população. (M, 18 anos, trabalha em uma empresa de elevadores)

Dois jovens se abstiveram de emitir opinião sobre o tema, enquanto outros dois posicionaram-se a favor da redução, reproduzindo a cantilena midiática vigente nos grandes meios de comunicação, onde expressiva parcela dos comunicadores, a despeito de promover uma discussão ampla sobre o tema, costuma pregar que aquele jovem que “gosta” de roubar e matar também merece ser punido como qualquer outra pessoa, opinião que ganha eco em boa parte da população.

Este desvio de rota em relação tema central da pesquisa ocorrido durante a realização do grupo focal foi logo corrigido, mas teve o efeito de revelar outra opinião

importante dos participantes a respeito do próprio curso e, portanto, retomando a consonância com a proposta central do estudo. Este posicionamento fica explicitado na fala da jovem que identificaremos aqui como J. Ela resumiu assim seu pensamento:

Achamos importante que aconteçam mais momentos como esse durante o curso aqui no CAMP. Existem momentos assim, mas são poucos. Na maior parte do tempo, ficamos aprendendo coisas técnicas, como se comportar na empresa. Isso ajuda muito, mas temos que ter mais oportunidade para mostrar nossas opiniões, nossos pensamentos. Eu acho isso! (J. 19 anos, trabalha em uma empresa de Telecomunicações)

É possível identificar, seja na narrativa da jovem ou em dados empíricos identificados no decorrer deste estudo uma das demandas impostas pelo mercado de trabalho no que se refere ao comportamento esperado dos candidatos que pretendem disputar as vagas oferecidas pelas empresas. Via de regra, as organizações desejam receber candidatos preparados para enquadrar-se nas disposições hierárquicas estabelecidas, pessoas que estejam preparadas para saber ouvir, saber como, o quê e a hora de falar ou abordar um determinado assunto, cumprir ordens, moldar-se às regras institucionais vigentes, entre outras demandas.

Neste sentido, enquanto agente mediador entre os interesses dos empregadores, dos jovens e da própria instituição formadora, o curso oferecido aos jovens assume o papel de preparar os alunos a partir de uma dimensão diferente da escola regular, complementar a ela e, ao mesmo tempo, capaz de atender aos anseios do empregador.

A partir desta perspectiva, o currículo formador oferecido aos jovens cumpre a função de incluir temáticas cujas abordagens costumam tomar como referência a demanda do empregador, visando moldar o candidato às necessidades daquele que detém o poder, que aqui aparece na condição da vaga oferecida. Nesse sentido, temas contidos no currículo formador, tais como relações humanas, ética e outras disciplinas técnicas ganham roupagens à feição da dinâmica imposta pelo mercado.

Na sequência do grupo focal, o próximo a contar a sua trajetória foi C., que começou sua narrativa dizendo o seguinte:

Quando eu nasci, meus pais moravam em Benfica. (...) Minha mãe engravidou de mim muito jovem, com dezesseis anos, meu pai já tinha uns vinte e quatro, vinte e cinco anos - e minha mãe foi expulsa de casa nesse período (...) essa história não foi muito bem contada para mim(...) meu pai ficou com a minha mãe, construíram uma casa em cima da casa da minha avó, em Benfica.

Meu pai trabalha há doze anos em uma indústria que costuma contratar jovens aprendizes aqui do CAMP Mangueira. Na verdade ele é terceirizado. Ele abriu uma pequena empresa que trabalha para esta empresa maior. Eu já queria trabalhar na mesma empresa do meu pai, mas não sabia como. Um dia - eu estava com dezessete anos - fui até a portaria da fábrica e ele me apresentou um rapaz que hoje é efetivado lá. Gabriel era o nome dele. Meu pai falou, "aqui, ele é aprendiz lá da manutenção", e eu sempre quis trabalhar na manutenção justamente porque fiz segundo grau como Técnico de Automação Industrial, no SENAI. Então, eu falei: "é isso que eu vou tentar pai. Não que eu consiga o que eu quero, mas é um dinheiro que vai me ajudar. E aí, eu fiz a entrevista, não tinha vaga de manutenção, que é que eu queria. Surgiu uma vaga na área de Segurança do Trabalho. Eu disse: quero!

Hoje eu estou aqui, consegui a vaga na empresa, ensino médio concluído, ingressei na faculdade e já estou no segundo semestre de engenharia de produção. (C, 18 anos, trabalha em uma multinacional de logística)

Tal como C., outros jovens participantes do grupo focal, revelaram ter tido como base a trajetória dos pais ou de outros familiares na busca por uma oportunidade de trabalho, aspirando, no entanto, alcançar uma posição de maior status social na idade adulta.

Nesse contexto, o conceito de "habitus" criado por Bourdieu (1978) assume importante lugar no território da prática, na medida em que influencia de modo significativo as decisões a serem tomadas pelos jovens em um momento marcante na vida do indivíduo, qual seja o da busca pelo primeiro emprego, vez que o pertencimento do sujeito a um determinado coletivo, classe ou grupo social contribui para determinar os tipos de estratégias de ascensão social que se darão com base naquilo que o sujeito vê, pratica e vivencia.

Este é o caso de L., uma jovem que se apresentou como moradora da Mangueira e revelou ter procurado o CAMP Mangueira pela certeza de que a instituição ofereceria uma oportunidade real de trabalho através do Programa Jovem Aprendiz posto que sua mãe, que hoje atua como enfermeira, também havia conseguido a primeira chance de trabalho por intermédio da mesma ONG.

Esta narrativa, como a de outros jovens durante a pesquisa, permite identificar que as trajetórias dos familiares e o campo social onde o sujeito está inserido terão influência decisiva nas decisões a serem tomadas ao longo da vida, ainda que estes jovens acreditem que seu esforço pessoal terá mais influência na posição social futuro que sua origem ou condição socioeconômica.

Neste sentido, convém destacar a perspectiva apresentada por Dubar (1991), segundo a qual:

“As categorias sociais, interiorizadas no decorrer do ciclo de vida (níveis escolares, categorias profissionais, posições culturais...), constituem o material a partir do qual os indivíduos inventam para si identidades singulares, para unificar suas existências e tentar fazer valer sua pretensão em um ou outro campo da prática social.” (Dubar, 1991, p.5)

A jovem contou que seus pais e avós maternos sempre foram moradores da Mangueira ao passo que os avós paternos vieram de Vassouras, no Sul Fluminense, para trabalhar no Rio, estabelecendo-se na Comunidade da Mangueira.

Sobre sua opção pela ONG enquanto curso complementar, L. contou que sempre foi incentivada pelos pais a procurar por cursos profissionalizantes – e por este motivo, optou pela área de turismo durante o ensino médio que fez no Centro Federal Tecnológico (CEFET) do bairro de São Cristóvão.

Mesmo tendo cursado uma escola federal, como é o CEFET, a escolha por uma formação complementar na ONG CAMP Mangueira, se deu, também, por incentivo de outros membros de sua família (além de sua mãe), tais como tios e

primos, que já haviam seguido o mesmo caminho que agora ela repetia. Nesse sentido, cabe aqui destacar um trecho de sua narrativa, onde a jovem afirma:

Para conseguir uma oportunidade, é preciso de uma abertura de portas, e aqui ajudam a abrir estas portas. Minha prima (fez o curso aqui) já foi efetivada. Isso Ajudou. É porque (o curso) ajuda a ganhar experiência, porque você não consegue entrar no mercado sem experiência. Eu já vi estágio pedir experiência! Então, assim... É muito difícil!(L,19 anos, trabalha em uma empresa de transporte e logística)

Estimulados a verbalizar suas opiniões sobre a possibilidade de conseguir uma oportunidade de primeiro emprego e, ato contínuo, demonstrar como estes cursos são percebidos pelos participantes e qual o significado atribuído à formação para o trabalho, os sujeitos deram variados depoimentos, tais como os descritos abaixo:

Eu acho que não (consigo algo melhor sem um curso complementar como esse) porque aqui, de qualquer forma a gente também está aprendendo, acho que até mais do que na escola. (M, 19, trabalha em uma instituição de ensino federal)

(...)

Mesmo com o técnico e ensino médio, as condições para conseguir uma oportunidade eram muito precárias. (C.19 anos, trabalha em uma indústria)

(...)

Só com o ensino médio? Não, não tem como (...) assim... Não te prepara para disputar. Não é só que não prepara (...). Sei lá!... Você não conhece todas essas empresas, não vai saber para qual botar (o currículo) (...)Não é só você escolher uma empresa, jogar o seu currículo lá que você vai ser chamado. Entendeu? Tem que ter apoio! (J. 19 anos, trabalha em uma empresa de telecomunicações)

(...)

Para conseguir algo só com o segundo grau, acho que depende da área e do lugar que você quer trabalhar. Ah, por exemplo, esses trabalhos que ela citou (inferiores), eu acho que dá com o ensino médio, mas uma área superior... Uma empresa melhor, aí não. (M3 19 anos, trabalha em uma instituição de ensino federal)

As opiniões contidas nas narrativas transcritas ganharam eco entre todos os participantes, assim como é comum para dez dos dozeatores a necessidade de conciliar ensino – fundamental, médio ou superior, com o trabalho na empresa como jovem aprendiz e o curso de qualificação profissional oferecido pela ONG, que, a despeito da formação geral para o trabalho, prepara o aluno, de um modo geral, para ocupar uma posição semelhante à de auxiliar administrativo.

A narrativa seguinte foi de uma jovem de 19 anos, natural de João Pessoa, na Paraíba, a quem identificaremos como V. Ela conta que veio para o Rio de Janeiro com sua mãe, quando tinha pouco mais de um ano de idade e que, por isso, não teve contato com o pai. Ela e sua mãe vieram para a casa da avó materna, também natural da Paraíba e que já viera para o Rio de Janeiro em fluxo migratório nos anos de 1970. Morou em regiões populares dos bairros do Grajaú, Colégio e Barros Filho, onde viveu a maior parte do tempo e, finalmente, no bairro da Penha, onde, aos dezessete anos, conheceu seu esposo, com quem está casada até hoje.

Ela conta que o marido, que já havia participado do Programa Jovem Aprendiz, foi quem a incentivou a procurar a ONG para conseguir uma oportunidade na empresa em que está hoje, uma conhecida operadora de planos de saúde. Tendo como principal aspiração profissional no momento a efetivação na empresa após o fim do período de seu contrato, a jovem mencionou em sua narrativa frases que assumem um significado de vitória pessoal e de possibilidade de ascensão social, na medida em que, na sua ótica, atuar em uma empresa maior e que garanta benefícios sociais é uma aspiração de qualquer jovem que pretende melhorar de vida:

Diante desta perspectiva, convém destacar da narrativa da jovem o seguinte trecho:

Quando eu entrei no Programa Jovem Aprendiz eu já tinha o objetivo de trabalhar na empresa em que estou hoje. Eu sempre dizia: Ah!... Eu ainda vou trabalhar lá! (V, 19 anos, trabalha em uma operadora de planos de saúde)

Já sobre a necessidade de fazer um curso complementar ao ensino médio para a obtenção de uma oportunidade de emprego, a jovem emitiu opinião semelhante à de outros participantes, ao afirmar:

Emprego para quem tem apenas o ensino médio em escola pública até existe, mas só do tipo Subway ou ficar entregando panfleto. (V, 19 anos, trabalha em uma operadora de planos de saúde)

O desenvolvimento do grupo focal foi bastante intenso na medida em que os próprios jovens já se apresentavam para narrar suas experiências, trajetórias e opiniões sobre a temática proposta.

O próximo participante, que aqui identificaremos como T, explicou ter nascido em Laranjeiras e ser morador, atualmente, do bairro do Engenho Novo, na Zona Norte do Rio. Seu pai é bancário e a mãe trabalha em uma loja num shopping da Zona Sul da cidade. Tem dois irmãos, sendo um gêmeo e uma irmã mais nova.

Sobre sua trajetória, o jovem explicou que seus pais – hoje separados, sempre cobraram bastante dele e de seus irmãos que estudassem e fizessem as tarefas escolares, por ser esta uma condição essencial para a obtenção de um bom emprego quando necessário. Conseguiu uma vaga ainda no ensino fundamental na Fundação Bradesco e permaneceu no mesmo estabelecimento até a conclusão do ensino médio. Sobre a entrada no Jovem Aprendiz, o participante revela que não pensava muito em procurar trabalho, até que, aos dezessete anos, sentiu-se pressionado pelos pais a procurar um emprego. Sobre esta “pressão”, o jovem deu o seguinte depoimento:

Um dia meu pai falou assim: "olha, você vai ter que começar a trabalhar porque eu não posso ficar te dando as coisas, não posso mais ficar te sustentando a vida toda, você tem que pensar em trabalhar, você está com dezessete anos para dezoito, então você tem que começar a trabalhar!" (T, 19 anos, trabalha em uma empresa de telecomunicações)

A partir desta conversa com o pai, o jovem conta que começou a se preocupar com o assunto e, embora ainda não se sentisse preparado para o desafio do mundo do trabalho, reconheceu que poderia "ficar para trás" caso não partisse em busca de uma oportunidade real de trabalho.

Essa dimensão, exemplificada pelo receio do jovem em não conseguir uma oportunidade e acabar "ficando para trás", ficou evidenciada em capítulo anterior deste estudo, a partir da perspectiva levantada por Novaes, 2007, segundo a qualos jovens, mesmo os de classes sociais distintas, costumam expressar insegurança e apreensão ao falar de suas próprias expectativas em relação ao trabalho, quer seja em relação ao presente ou ao futuro. Tendo este sentimento, segundo a autora, sido classificado por alguns estudiosos como o chamado "medo de sobrar".

Continuando sua narrativa, o participante explica que conheceu o Programa Jovem Aprendiz através de seu irmão gêmeo que, assim como ele mesmo, também conseguiu uma oportunidade de trabalho por intermédio da ONG CAMP Mangueira.

Após participar de um concorrido processo seletivo, obteve uma vaga de Jovem Aprendiz em uma grande empresa do ramo de telecomunicações, onde espera ser efetivado ao final do contrato. Sua rotina não tem sido simples, explica o jovem, que precisa conciliar as jornadas na empresa com as do curso e do ensino regular (primeiro no nível médio e agora na faculdade). Para tanto, assegura que é necessário acordar antes das 05h para sair de casa e chegar na empresa no bairro de Botafogo às 07h, trabalhar, ir ao curso no CAMP e, em seguida, ir a faculdade, de onde retorna para casa, chegando após às 23h, diariamente.

Rotina semelhante, de conciliar três jornadas, quais sejam a do curso de capacitação profissional, do trabalho como jovem aprendiz e do ensino regular, vivem outros participantes do grupo focal. Esse é o caso de L, que mora no

município de São João de Meriti, na Região Metropolitana da capital fluminense, o que o faz acordar por volta das 04h para chegar ao trabalho, de onde segue para o curso e, em seguida para a faculdade, chegando a casa por volta das 24h, constantemente.

Sobre sua trajetória, o jovem conta que nasceu na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, onde mora até hoje com os pais. Filho único, ele diz que desde muito pequeno acostumou-se a acordar bem cedo, posto que sua mãe, que trabalhava como Auxiliar de Serviços Gerais em uma escola particular no bairro do Méier, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, costumava levá-lo para o trabalho e o seu horário de saída de casa sempre foi por volta das 04h – como acontece hoje.

O entrevistado continua a narrativa, explicando que em relação a sua trajetória escolar, considera-se um privilegiado, uma vez que sua mãe, por trabalhar nesta escola particular que atende jovens da classe média, conseguiu uma bolsa de estudos que lhe proporcionou um ensino fundamental de boa qualidade. Já em relação ao ensino médio, o jovem relata que fez um processo seletivo para um curso profissionalizante na área de mecânica industrial na Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC), colégio da rede estadual, situado no bairro de Quintino, também na Zona Norte do Rio.

Ao ser perguntado sobre o concorrido processo seletivo para obtenção da vaga no referido curso do ensino médio, o jovem atribuiu boa parte de seu sucesso ao fato de ter estudado em uma boa escola durante o ensino fundamental. Sobre este aspecto, o jovem disse:

A escola em que minha mãe trabalhava e onde eu estudei era um Externato. Saíamos bem cedo de casa, porque minha mãe não tinha com quem me deixar. Então ela me acordava por volta das 04h e me levava. Eu não tenho o que reclamar do ensino, era um ensino bem rigoroso, bem rigoroso mesmo. E até hoje continua assim. Eu sei, porque ela continua trabalhando lá. Minha mãe me acompanhou o período todo na escola, desde o jardim até a antiga oitava série, então eu não tenho do que reclamar só agradecer por ter tido um ensino bem rigoroso, mas assim... um ensino que fez total diferença na minha vida, total diferença.(...) eu tinha essa visão da

rigoriedade nas outras pessoas que estudavam em outros colégios. Eu via que isso era bom e só com um ensino forte você consegue uma coisa boa.

(C. 18 anos, trabalha em uma indústria)

Em todos os relatos colhidos no grupo focal, foi possível identificar que, a despeito de os jovens entrarem nas empresas como aprendizes para atuar, quase sempre, na posição de auxiliares administrativos (o curso se apresenta como “formação para o mercado de trabalho”, mas tem escopo semelhante à função de auxiliar administrativo) – os protagonistas deste estudo conferem a esta atividade valor e posição social maiores do que outras profissões mencionadas, quais sejam aquelas oferecidas por redes de restaurante ou vagas de vendedor e balconista.

A possibilidade de trabalhar em locais com melhor estrutura, tendo acesso a itens como uma mesa, um computador e salas bem estruturadas confere um significado de status social diferenciado para estes atores, seja em relação a outros jovens que não tiveram a mesma oportunidade, seja em relação a outros membros da família que atuaram em posições requerentes de maior esforço físico do trabalhador.

A partir da perspectiva apresentada pelos jovens de que a ONG, enquanto mediadora da relação entre o Programa Jovem Aprendiz e as empresas, acaba por ser a entidade que promove a abertura de portas para o primeiro emprego, a questão que se seguiu para discussão no grupo buscou investigar se haveria outros fatores que os levariam a estar ali, matriculados no curso.

Dos doze participantes, cinco disseram que fariam o curso pelo preparo que este oferece aos alunos, três disseram que sim, pela necessidade e esperança de ter seu próprio dinheiro (caso fossem contratados), dois não souberam responder e dois revelaram que prefeririam que houvesse modalidades diferentes de cursos, posto que não se consideram totalmente identificados com o currículo voltado para a área “administrativa” – que é como enxergam o curso oferecido pela instituição.

Sobre a necessidade de ter seu próprio dinheiro, uma das participantes declarou: Sou casada, tenho que ajudar o esposo! (V, 19 anos, trabalha em uma operadora de planos de saúde)

Quando questionados por este pesquisador sobre se sentem falta de outras modalidades de curso, novamente uma unanimidade, já que todos os presentes,

embora reconhecendo a importância de estarem ali, naquele curso, foram revelando, um a um, que gostariam de um portfólio maior de opções à escolha, já que nem todos se viam atraídos pela área administrativa, em razão de suas diferentes aspirações.

Nesse sentido, assumiram ter optado por entrar no projeto pelo desejo de ver as portas de alguma empresa abertas, para, uma vez contratados, tentarem a chance de mudar internamente para áreas de suas respectivas afinidades.

Sobre o fato de fazer um curso diferente de sua feição ou desejo, um dos jovens demonstrou um importante senso crítico no que se refere à baixa variedade de cursos oferecidos pelas instituições conveniadas ao programa Jovem Aprendiz que conheceu:

(...) todos esses projetos socioeducativos para ingressar no trabalho (que tenho visto), são voltados para área administrativa.(...) então, tendo projetos voltados para cada área que você vá querer seguir, eu acredito que seja o essencial (C.19 anos, trabalha em uma indústria)

Opinião e senso críticos semelhantes no que tange ao portfólio de cursos foi compartilhada no grupo focal por M, um jovem de 18 anos, morador da Comunidade do Jacarezinho (região da cidade também estigmatizada como violenta e de baixo IDH). Ele relata que seus pais vieram do Nordeste em busca de melhores oportunidades, casaram-se e fixaram residência na cidade. Seus pais sempre o incentivaram a estudar, por acreditar ser esta a chance de uma mudança de vida. Atualmente vive com os pais, uma irmã e a avó.

Assim como os demais integrantes do grupo focal, M. considera que o curso oferecido pela ONG, contribui para melhorar as chances de se conseguir a primeira oportunidade.

Não obstante, o jovem fez questão de esclarecer que tanto ele, como outros colegas ali – assegurou – gostariam que houvesse cursos que oferecessem possibilidades de entrada nas empresas em condições melhores que as que são oferecidas atualmente.

Como forma de explicar seu pensamento, o jovem relatou:

(...) você não vê essa quantidade (maior) de cursos para uma pessoa de baixa renda, em projetos como esse, entendeu?

Beleza, aqui o CAMP oferece o auxiliar administrativo, mas... por exemplo, um curso de designer. Curso de designer é duzentos e quarenta ou duzentos e cinquenta reais, entendeu? Você não vê um curso de designer para pobre, você não vê isso, encaminhado para um jovem de baixa renda. (...) você não vê cursos que elevam o jovem, entende? (...) Como eu te falei, o mercado é muito competitivo, não só eu falei, mas como o colega ali falou, que o mercado está muito competitivo.

(...) só botam o jovem para trabalhar, mas trabalhar em um cargo inferior. Você não vê o avanço da pessoa (de baixa renda), você praticamente, deixa, "ah. Beleza, já mora em zona pobre, vou aproveitar" - e vai ser mais uma mão de obra, barata. (M. 18 anos, trabalha em uma empresa de elevadores)

A partir da dimensão proposta na narrativa por este jovem, convém trazer a perspectiva, apresentada por Macedo, 2006, segundo o qual:

(...)essas propostas de educação básica, formação técnico-profissional e os programas de qualificação e requalificação profissional são orientadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial), bem como por institutos que formulam as políticas educacionais empresariais, que têm um peso unilateral de inserção de nossa sociedade no processo de globalização e reestruturação produtiva e, sobretudo, constituem-se como tábua de salvação para os que correm riscos de desemprego ou para os desempregados, ou seja, "alívio da pobreza". (Macedo, 2006, p. 87 apud Frigotto 2001)

Outro traço comum entre os participantes do grupo focal foi o fato de que todos revelaram que o apoio de algum membro da família, quais sejam os pais, avós ou até mesmo, cônjuges, apresentou-se como fator preponderante para que saíssem em busca de um curso de qualificação complementar ao ensino regular. Tal apoio reconhecem os jovens, já os coloca em situação de vantagem em relação a outros jovens que não conseguiram ter este suporte.

O fator apoio familiar, mencionado pelos participantes acaba por tornar mais claro o caráter seletivo que se impõe à dinâmica da busca por oportunidades de emprego neste grupo de estudo. Tal afirmativa ganha mais força ainda quando se recorda que a própria localização da instituição pesquisada se dá em uma área que, por sua característica popular e de grande concentração de jovens carentes de oportunidades, deveria ser a demandante quase que exclusiva de alunos candidatos ao programa jovem aprendiz e, portanto, postulantes às vagas oferecidas pelas empresas conveniadas, o que não acontece no campo da prática.

10 CONCLUSÃO

Ao iniciar este estudo havia um conjunto de questões cujas respostas se pretendia conhecer por intermédio da interação com um grupo de jovens que buscam aumentar suas chances de empregabilidade, a partir da frequência em um curso de qualificação profissional oferecido por uma das inúmeras Organizações Não Governamentais que mantém parcerias com empresas no âmbito da Lei. 10.097/2000.

Após a realização de um grupo focal com os protagonistas deste trabalho foi possível colher posições bastante claras a respeito dos temas propostos.

Quando se desejou identificar por que os jovens procuram cursos complementares ao ensino regular, mesmo sabendo-se que esta jornada extra, será por vezes exaustiva, a interpretação das narrativas colhidas no grupo focal demonstrou que, no entendimento dos jovens, os certificados oferecidos pela maioria das instituições públicas regulares de ensino médio já não são suficientes para lhes proporcionar a tão mencionada “abertura de portas” nas organizações em que desejam atuar.

A menção de Novaes (2007) ao chamado “medo de sobrar” - sentimento que as juventudes normalmente exprimem em relação ao receio de não conseguir uma oportunidade no mundo do trabalho que gere uma possibilidade de ascensão social - ganha uma espécie de atualização ou nova versão a partir das narrativas colhidas neste estudo, vez que um dos sentimentos expressos nas falas dos sujeitos que dele participaram, foi de que “o importante é estar dentro”, como que numa explicação de que necessitam adentrar ao ambiente das empresas, ter a oportunidade de mostrar seu valor para – em consequência disso – seguir avançando em suas respectivas trajetórias.

Ficou evidenciado na leitura e análise destas mesmas narrativas que, para os sujeitos, a escola regular não estaria dando conta de atender a demanda gerada, em primeiro lugar, pelos próprios jovens que de forma pragmática, demonstram como principal interesse ter a sua carteira assinada e sua própria renda sendo esta para qual finalidade fore, em seguida, pelo capital – representado pelas empresas, que

almejam receber aprendizes com conhecimentos técnicos suficientes para lhes fazer ao mesmo tempo cumprir a legislação que as obriga a reservar um percentual de vagas para os jovens e, concomitantemente, obter maior produtividade destes novos trabalhadores, que devem ser encaminhados pelos entes formadores, devidamente doutrinados e enquadrados à lógica imposta pelo mercado.

As relações de trabalho impostas pelo capital na maior parte das organizações, sobretudo no mundo privado, impõe ao aspirante a uma oportunidade o enquadramento em uma lógica de respeito à hierarquia, disciplinamento e aproveitamento das habilidades do indivíduo para o cumprimento de tarefas que gerem os resultados esperados, quais sejam o aumento de produtividade e o lucro.

Do ponto de vista do atendimento às demandas do capital e, portanto, das necessidades das empresas conveniadas ao Programa Jovem Aprendiz, é possível concluir, a partir da leitura das falas dos protagonistas, que Organizações Não Governamentais como a investigada neste trabalho, assumem importantes funções, tanto compensatórias quanto complementares na tarefa da construção de passarelas entre as empresas e os jovens em busca de emprego.

Não fica claro se os eventuais hiatos no aprendizado que os jovens acumulam ao longo de suas trajetórias escolares do ensino fundamental ao médio conseguem ser sanados pela grade de “reforço escolar” oferecida pela instituição investigada, mas identifica-se nas falas dos jovens que este tempo de estudo extra é encarado como um elemento complementar aos saberes que já possuem.

Nesse jogo de complementaridade, caberia à escola regular a função de dotar o jovem da devida formação humanista e propedêutica, tão essenciais ao aprendizado para a cidadania, para a vida como um todo - e à sociedade civil, por intermédio de parcerias como a preconizada pelo Programa Jovem Aprendiz e investigadas nesta pesquisa, a tarefa de oferecer às juventudes a formação para o trabalho desejada pelas empresas, sempre no sentido de garantir aos jovens, sobretudo os das classes populares, o direito social inalienável ao trabalho.

Levando-se em conta a importância da participação da sociedade civil na tarefa de construção de pontes entre os jovens que se propõem trabalhadores e as empresas, com base nas narrativas dos sujeitos investigados, é possível concluir

como necessária a existência de mais unidades de Organizações semelhantes, devidamente distribuídas pela cidade, de modo a evitar que estes jovens alunos-trabalhadores precisem fazer deslocamentos tão distantes e tantas vezes por dia para darem conta dos compromissos assumidos, podendo ser considerados estes deslocamentos e as longas jornadas aos quais são submetidos estes indivíduos um importante exemplo de descumprimento do direito destes no sentido de terem mais tempo para si mesmos, para o lazer e para o convívio com família e amigos.

Desejável seria que a própria escola regular, pública, se apresentasse como alternativa de mediação entre quem tem as vagas e aqueles que as almejam. No entanto, reconhecendo a partir das falas dos sujeitos deste estudo que este cenário não está posto e que, portanto, esse vácuo foi preenchido pelas instituições formadoras, como a ONG CAMP Mangueira, que assumiram esse viés mediador, resta entendido que, se mais parcerias entre empregadores e sociedade civil houvesse – sendo estas espalhadas por diferentes localidades da região metropolitana - estaria constituída uma importante ação para melhorar a qualidade de vida dos jovens que necessitam transitar em busca de oportunidades de formação adicional para o trabalho.

É essencial lembrar, no entanto, que aquilo que está posto no que se refere às relações entre capital e trabalho - que se estabelecem também para os jovens trabalhadores, mesmo na condição de aprendizes – é um cenário em que o detentor do poder, ou seja, aquele que oferece a vaga, anseia por receber novos trabalhadores que serão considerados tanto melhores quanto enquadrados em suas matrizes de comportamento, que, via de regra, assumem significados tais como: doutrinação, forte respeito às hierarquias, disciplina, competitividade, foco em lucro e resultados operacionais, entre outros itens.

À escola cabem papéis diferentes dos mencionados, quais sejam o de prover uma educação que dê enfoque à questões como democracia, respeito às liberdades individuais, respeito à diversidade, cidadania, solidariedade, entre outros temas.

Diante desta dualidade de enfoques, entende-se que é possível delegar a instituições que assumem o caráter de complementaridade o papel de aplicar a formação que incluam as pautas demandadas pelos empregadores.

Por outro lado, é preciso aumentar e qualificar o portfólio de cursos oferecidos por estas instituições com vistas ao atendimento, tanto das demandas destes jovens trabalhadores, quanto às do mundo do trabalho, pois, como apresentado neste estudo, tanto no contexto de influência, quanto no contexto da produção do texto de uma política pública, os diversos atores envolvidos procuram fazer os devidos ajustes na concepção da política para sua eventual implementação.

No que tange ao Programa Jovem Aprendiz, é possível entender que se procurou produzir um texto legislativo que garantisse aos jovens - enquanto sujeitos de direito - uma formação para o trabalho que respeitasse a continuidade de seus estudos.

Por outro lado, ainda no contexto de influência e produção do texto, identifica-se, claramente, o atendimento à agenda do capital, como se vê em um trecho segundo o qual a capacitação profissional oferecida ao jovem deve ser adequada às necessidades do “mercado” de trabalho.

Assim, os artigos 6º e 7º da Lei 10.097/2000, que trata da formação técnico-profissional dos alunos, expressam:

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;

II - horário especial para o exercício das atividades; e

III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Por um lado, a própria legislação assume a dianteira no sentido de assegurar à “entidade mercado” o atendimento às suas demandas ao expressar que a capacitação profissional do jovem aprendiz deve ser adequada a ele, mas, ao mesmo tempo não especifica de modo claro que adequação é esta.

Diante deste vácuo a interpretação fica a cargo de quem oferece os cursos de formação, que por sua vez, dialoga com o mercado no sentido de atenderem mutuamente suas demandas num ciclo que se retroalimenta.

Do ponto de vista do ente formador, que tem um custo para formar este capital humano, quanto menos onerosas forem as grades curriculares, quanto menor a necessidade de equipamentos sofisticados para implantação dos cursos for necessário, mais simples será sua criação e manutenção.

Assim, não obstante o papel fundamental que estas instituições formadoras têm cumprido no sentido de aumentar as chances de inúmeros jovens das classes populares no mundo do trabalho, é fato que a maioria dos cursos abre as portas pelo andar de baixo, restando àqueles que melhor interpretaram os códigos de conduta e ética ensinados ao longo de suas respectivas formações o papel de galgar novos andares nas escadarias das organizações contratantes.

Diante desta perspectiva cabe lembrar aqui, a proposta de um dos entrevistados que, em sua narrativa, revelou que seu desejo era o de ver ofertado um curso de webdesigner – este que poderia proporcionar aos jovens a possibilidade de serem contratados – ao término do período como aprendizes – em posições superiores às de Auxiliar Administrativo, como normalmente são contratados os aprovados por esta ONG, o que por si só, configuraria uma possibilidade de mobilidade social com reflexos diretos nas trajetórias de vida dos sujeitos.

Ficou evidenciado, ainda, que os jovens que conseguem incluir em suas trajetórias de vida esta estrada da formação complementar e que, portanto, frequentam regularmente os cursos são aqueles que dispõem de melhor estrutura e apoio familiar, vez que para fazer longos deslocamentos em um período em que o candidato ainda não foi contratado, por exemplo, o jovem que faz o curso precisa dispor de recursos para alimentação e passagem – e isso já exclui os menos

favorecidos dentre as classes populares que configuram o público principal de programas como o Jovem Aprendiz.

Por fim, as narrativas colhidas ao longo deste estudo demonstram o esforço que estes jovens trabalhadores têm empreendido em suas caminhadas em busca de oportunidades no mundo do trabalho. Suas histórias mostram o quanto em qualidade de vida e bem estar vem perdendo em longos deslocamentos e duras jornadas.

Se as regras do jogo sugerem um jovem trabalhador que se ajuste aos códigos impostos por quem detém as vagas – e se optarmos por seguir um modelo de complementaridade – com organizações da sociedade civil ensinando estes códigos – como está na legislação, então que se valorize a escola regular, pública, aquela que irá preparar indivíduos para a cidadania plena, para a solidariedade, para o respeito às diferenças, entre tantas características humanistas.

Dotados de uma boa formação, nossos jovens estarão aptos a decifrar quaisquer códigos de conduta que lhes forem apresentados em qualquer que seja o ambiente. Estarão aptos a escolher o jogo que desejarem jogar e, assim, seguir mudando suas respectivas trajetórias.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2001.

ALMEIDA, ANGELITA DE OLIVEIRA **Os ensinamentos do capitalismo: o que o Jovem Aprendiz aprende sob os auspícios do estado para se tornar um trabalhador**. BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMS, Campo Grande, 2012

ANDRADE, C.C. **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt37/mt37a/09_juventude_e_trabalho.pdf>. Acesso em: jul. 2014

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições70, 2000.

BLANCO, D. M. **O Projovem urbano na trajetória das políticas para juventude**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. São Leopoldo:RS, 2010. p.3. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.O%20ProJovem%20na%20trajet%C3%B3ria%20das%20pol%C3%ADticas%20para%20juventude.pdf>. Acesso em: jul 2014

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Lei do Aprendiz n. 10.097/2000**, de 01 de dezembro de 2005. Decreto n. 5.598, de 01 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/10097.htm>>. Acesso em: agosto 2015

CASTRO, J.A.; AQUINO, L. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008.

CARRANO, Paulo, Juventude sem emprego. Rio de Janeiro, 2007, Observatório Jovem da UFF. Entrevista concedida ao Instituto Souza Cruz. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/juventude-sem-emprego> Acesso em: fevereiro 2015.

DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, n. 30, 1999.

_____. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27502404.pdf>>. Acesso em: dez. 2014

DUBAR, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias**: alguns esclarecimentos metodológicos.1991. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos>>. Acesso em: fev. 2015

DURRIVE, L. **Formação, trabalho, juventude**: uma abordagem ergológica.2002. Disponível em:<<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/39-dossie-durrivel.pdf>>.Acesso em: set. 2014

FGV. **Pesquisa do FGV/IBRE traça perfil de jovens desempregados no Brasil**. 19 ago. 2013. Disponível em:<<http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/pesquisa-do-fgvibre-traca-perfil-de-jovens-desempregados-no-brasil>>.Acesso em: nov.2014

FREZZA, M.;MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de Políticas Públicas.**Psicologia e Sociedade**, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a04v21n3.pdf>>.Acesso em: mar.2015

GATTI, B. A.**Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília:Liber Livro, 2005.

GATTI, M. **Sobre o conceito de Políticas Públicas e suas consequências para a Orientação Profissional**.São Paulo: Instituto de Psicologia, 2011.

GOBERT, MULLER. In: VAZ; L.G.D.;Políticas Públicas. Revista Nova Atenas de Educação e Tecnologia. Revista eletrônica do Departamento Acadêmico de Ciências da Saúde, educação física e Esportes – Biologia – Segurança do Trabalho. Vol. 10, nº, 01, jan/jun/2007.

GOMES, C.A.T.;COSTA, J. C. V. **Os jovens contemporâneos e a escola**: entrevista com o sociólogo Juarez Dayrell.2011. Revista Interlocução, v.5, n.5, p. 13-27.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, n. 55, 2001.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>.Acesso em: abr.2015

IBASE.**Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Global 2005 Disponível em: <http://WWW.ibase.br/userimages/Relatorio_Final.pdf>. Acesso em: abr.2015

KRAYCHETE, G; SANTANA, A. **Economia dos setores populares e economia solidária**: uma abordagem conceitual para políticas públicas. Disponível em: <www.ucsal.br/itcpucsal>.Acesso em: mai.2015

L. CRUZ; B. HILLESHEIM; N. M. F. GUARESCHI. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi *Psicologia & Sociedade*, 2005 - SciELO Brasil.

LIMA, S. M.; MINAYO-GOMEZ, C. Modos de subjetivação na condição aprendiz:Embates atuais. **História, Ciência e Saúde**,2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19306.pdf>>.Acesso em: mai.2015

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACÊDO, O. J. V. **O sentido da formação para o trabalho e as expectativas em relação ao futuro por parte dos adolescentes aprendizes.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

MACEDO, O. J. V.; ALBERTO, M. F. P. **O sentido da formação profissional no contexto da aprendizagem.** Estudos de Psicologia, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/epsic>. Acesso em: jun. 2015

MACHADO, V. B. F. **Inserção profissional em tempos de capitalismo globalizado:** Como jovens estudantes percebem o mundo do trabalho. 2009. Disponível em: <<http://www.et.cefetmg.br/permalink/82a58892-5474-11df-9c99-00188be4f822.pdf>>. Acesso em: mar. 2014

MACIEL, K.; CARDOSO, A. **Análise do ProJovem no Rio de Janeiro: sua proposta e seus desafios.** p.3. Disponível em: <www.unicap.br>. Acesso em: set. 2014

MATSUZAKI, H. HIDEMI. **O desafio da lei do jovem aprendiz: um estudo da aplicação da lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho.** USP. 2011. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&q=Matsuzaki+jovem+aprendiz+2011+&btnG=&as_sdt=1%2C5&as_sdtp= Acesso em: set. 2014

MÁXIMO, T. A. C. de O. **Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do Programa Jovem Aprendiz.** João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgps/pdf/teses/2012/Thais%20Augusta%20Cunha%20de%20Oliveria%20Maximo%202012.pdf>>. Acesso em: dez. 2014

MEDEIROS, C. OLIVEIRA, **O Programa Jovem Aprendiz e suas repercussões no emprego dos jovens: um estudo de caso.** ITAJAÍ, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&q=medeiros+2011+itaja%3AD&btnG=&as_sdt=1%2C5&as_sdtp=. Acesso em: nov. 2014

MONTEIRO, Joana, **Os Nem-Nem: exploração inicial sobre um fenômeno pouco estudado,** Rio de Janeiro, 2013 FGV

NOVAES, R e VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas.** São Paulo, 2007 Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>. Acesso em: mai. 2014

PAIS, J. M. Juventude como fase da vida: Dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade,** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/03.pdf>>. Acesso em: jan. 2015

PILLOTTI, F. J.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIBEIRO, R.; JULIANO, A. A. Desemprego juvenil e impactos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. **Econômica**, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v7n1/rosana.pdf>>. Acesso em: ago.2015

RIZZINI, I. **Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais.** Rio de Janeiro: USU, 1999.

ROCHA, T. **O contrato de aprendizagem e sua contribuição na redução da criminalidade do menor.** (Monografia não publicada). 2007. Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília-SP.

SANTANA, A. **Economia dos setores populares e inclusão socioprodutiva: conceitos e políticas públicas.** Ago. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt52_con03_economiadosssetores.pdf>. Acesso em: ago.2015

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Magda. **A abordagem das Políticas Públicas Educacionais para além da Relação Estado e Sociedade.** In: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

SILVA, J. S. **Por que uns e não outros?** Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

SINGER, Paul. Apresentação. In: ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza.** São Paulo: Sebrae, 2004.

SOARES, Alexandre Bárbara (Coord.). **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios.** Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 8, nº 15, Julho-dezembro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: jan.2015

SPOSITO, M. P. **Estado da Arte Juventude e políticas sociais no Brasil.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SPOSITO, M. P. e CARRANO P. C. Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** São Paulo, 2003 – USP - Faculdade de Educação e Ação Educativa. Disponível, em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. Acesso em: mai.2015

SPOSITO, M. P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** v. 1. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, 1997.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br>>. Acesso em: jan.2014

SOUZA, L. C.; RIBEIRO, E. **Influências do Projovem urbano sobre as condições de oferta educacional para a juventude**. p. 5. Disponível em: <<http://www.educacao.unirio.br/uploads/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGEdu%20%20Mar%C3%ADlia%20de%20Andrade%20Monteiro.doc.pdf>>. Acesso em: fev.2014

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr (a) para participar da Pesquisa “Trajetórias de um grupo de jovens aprendizes em busca de qualificação profissional”, sob a responsabilidade do pesquisador Jean Pierre Morais Capuchinho e sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Laelia Moreira, na qual pretende-se, por meio de entrevistas, individuais ou em grupo, ouvir os relatos de jovens aprendizes a respeito de suas trajetórias em busca de formação para o trabalho

Sua participação no presente estudo é voluntária e se dará por meio do preenchimento de um formulário para caracterização do perfil do entrevistado a fim de conhecermos o nível de relacionamento com o tema em questão. Além disso, faremos uma entrevista conduzida de forma individualizada ou em grupo, contendo questões relacionadas ao tema da qualificação profissional para jovens. Essa etapa pode ser escrita e/ou gravada.

Se, depois de consentir em sua participação, o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e

também não receberá remuneração pelas informações que prestar. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, **mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo**. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador JEAN PIERRE MORAIS CAPUCHINHO no endereço comercial, situado à Rua Professor Álvaro Rodrigues, 352, Botafogo, Rio de Janeiro– RJ, ou pelos telefones 21 3019 0198 e 21 99258 5557, ou, se preferir, poderá também entrar contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – da Universidade Estácio de Sá (UNESA), em horário comercial (de 9h às 16h, de terça a sexta) no endereço **Rua do Riachuelo 27, 3º andar – Lapa – Rio de Janeiro - RJ**, pelo e-mail **cep.unesa@estacio.br** ou pelo telefone **(21) 3231-6139**.

Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, tendo entendido perfeitamente a sua explicação e a relevância da pesquisa na área de educação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Autorizamos o pesquisador **Jean Pierre Morais Capuchinho**, aluno do curso de Mestrado em Educação da UNESA, a realizar entrevistas com jovens aprendizes nas dependências do CAMP MANGUEIRA.

Ressaltamos que a participação dos alunos deverá ser acompanhada por um de nossos representantes e/ou tutores. A participação dos alunos nas entrevistas deverá ser estritamente voluntária e precedida de autorização a ser concedida tanto pelo entrevistado, quanto pelo representante desta instituição, podendo ser conduzida de forma individualizada, em grupo ou por meio de formulário, de acordo com a necessidade do pesquisador.

Se, depois de consentir em participar, esta instituição ou qualquer um dos entrevistados desistir, ambos poderão, em qualquer tempo, retirar seu consentimento para participação da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo para esta instituição ou para o aluno ora entrevistado.

O CAMP MANGUEIRA e nenhum de seus alunos ou colaboradores arcarão, em hipótese alguma, com nenhuma despesa decorrente da realização desta pesquisa e também não receberão remuneração pelas informações prestadas.

Os resultados da pesquisa, após analisados e publicados, deverão, se assim desejarmos, **preservar a identidade da instituição e de seus alunos**.

Situações não previstas neste termo de autorização poderão ser incluídas a qualquer tempo, podendo servir como motivo de desistência da participação desta instituição ou do entrevistado.

Assinatura do responsável pela instituição pesquisada

Local e data: _____ / ____ / _____

APÊNDICE C - FICHA-ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS JOVENS APRENDIZES DO CAMP MANGUEIRA COM TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Trajetórias de um grupo de jovens aprendizes em busca de qualificação profissional

Pesquisador responsável: Jean Pierre Morais Capuchinho

Endereço: Av. Prof Álvaro Rodrigues, 352, Botafogo – RJ. CEP 212280-080

E-mail: jcapuchinh@gmail.com

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA)

Orientadora: Profa. Dra. Laélia Carmelita Portela Moreira.

Prezado estudante,

Trabalho na Área de Treinamento & Desenvolvimento de uma empresa que mantém convênio com a ONG CAMP Mangueira. Estou realizando atualmente uma pesquisa de mestrado sobre o tema dos jovens aprendizes que estão em busca de formação profissional.

Você está sendo convidado a colaborar voluntariamente com a pesquisa que pretende analisar as trajetórias dos jovens aprendizes e os motivos de suas participações em cursos profissionalizantes.

Agradeço desde já a colaboração e informo que ao responder às perguntas formuladas no questionário você estará contribuindo para a compreensão dos motivos que levam jovens como você, a buscarem outras alternativas de estudo, além do ensino médio.

As informações fornecidas serão confidenciais e de conhecimento apenas deste pesquisador e da Orientadora responsável.

Garantimos o seu anonimato, informando que você não será identificado no questionário e nem será citado na divulgação e/ou publicação dos resultados.

Caso tenha alguma dúvida sobre o preenchimento do questionário ou sobre a pesquisa, disponibilizamos o e-mail jcapuchinho@gmail.com.

Ressalto que, não haverá nenhum custo para o participante em qualquer fase do estudo e que você pode se recusar a participar bem como retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Muito obrigado por sua participação!

ROTEIRO

1. Nome, idade e local onde mora.
2. Conte um pouco de sua trajetória, de sua história, desde quando nasceu até chegar aqui no curso.
3. Qual a sua idade quando ingressou no CAMP Mangueira?
4. Você participou de algum processo seletivo para ensino profissionalizante – tipo Faetec, IFRJ ou Senac, antes de procurar o CAMP Mangueira?
5. Em caso negativo, por que não procurou outro curso profissionalizante para o ensino médio?
6. Onde fez o ensino fundamental?
7. O que o levou a procurar o curso do CAMP Mangueira?
8. Como teve conhecimento da existência do CAMP Mangueira?
9. Qual curso está fazendo atualmente no CAMP Mangueira?

10. Quais suas expectativas em relação ao curso?
11. Você tem encontrado dificuldades em trabalhar e estudar ao mesmo tempo?
Quais?
12. Qual outro curso gostaria de fazer aqui no CAMP ou mesmo no ensino médio, se houvesse oportunidade?
13. Atualmente você está contratado como Jovem aprendiz em alguma empresa conveniada ao CAMP?
14. Em quantas empresas você participou de processo seletivo até ser contratado pela atual?
15. Se sua escola atual, de ensino médio, oferecesse um convênio com empresas, ainda assim, você estaria aqui no CAMP Mangueira fazendo o curso que faz aqui?
16. Suas expectativas com relação ao curso que escolheu aqui no CAMP estão sendo atendidas?
17. Em qual(is) área(s) da empresa em que está no momento, você pretende atuar se for contratado em definitivo?
18. Suas expectativas com relação ao ensino médio estão sendo atendidas? A escola é como você esperava?
19. Você já se sentiu vítima de algum tipo de preconceito na empresa onde atua?
20. Você se sentiu bem recebido ao ingressar na empresa onde está atualmente?

21. Você tem encontrado alguma dificuldade para se manter no curso?

22. Você conhecia o Programa Jovem Aprendiz?

23. Terminado o ensino médio e o curso no CAMP Mangueira, você pretende continuar estudando, fazer uma faculdade? Qual curso?

ANEXOS

ANEXO A



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

[Mensagem de veto](#)

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"[Art. 402](#). Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"....."

"[Art. 403](#). É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"[Art. 428](#). Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) [\(Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005\)](#)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"[Art. 429](#). Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"[Art. 430](#). Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"[Art. 431](#). A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." ([VETADO](#))

"[Art. 432](#). A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"[Art. 433](#). O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o [art. 80](#), o [§ 1º do art. 405](#), os [arts. 436](#) e [437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT](#), aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Dornelles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.12.2000*

ANEXO B

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e no Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DO APRENDIZ

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do [art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT](#).

Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 5º O descumprimento das disposições legais e regulamentares importará a nulidade do contrato de aprendizagem, nos termos do [art. 9º da CLT](#), estabelecendo-se o vínculo empregatício diretamente com o empregador responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica, quanto ao vínculo, a pessoa jurídica de direito público.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E DAS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL MÉTODICA

Seção I

Da Formação Técnico-Profissional

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino fundamental;
- II - horário especial para o exercício das atividades; e
- III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Seção II

Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizizes

Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

§ 1º No cálculo da percentagem de que trata o caput deste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 2º Entende-se por estabelecimento todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da CLT.

Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do [inciso II](#) e do [parágrafo único do art. 62](#) e do [§ 2º do art. 224 da CLT](#).

§ 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Parágrafo único. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de dezoito a vinte e quatro anos.

Art. 12. Ficam excluídos da base de cálculo de que trata o caput do art. 9º deste Decreto os empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, instituído pela [Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1973](#), bem como os aprendizes já contratados.

Parágrafo único. No caso de empresas que prestem serviços especializados para terceiros, independentemente do local onde sejam executados, os empregados serão incluídos na base de cálculo da prestadora, exclusivamente.

Art. 13. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas no art 8º.

Parágrafo único. A insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o caput será verificada pela inspeção do trabalho.

Art. 14. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I - as microempresas e as empresas de pequeno porte; e

II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.

Seção II

Das Espécies de Contratação do Aprendiz

Art. 15. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º deste Decreto.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem, este assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 8º deste Decreto.

§ 2º A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no caput do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o estabelecimento e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

I - a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com determinado estabelecimento para efeito do cumprimento de sua cota de aprendizagem ; e

II - o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

Art. 16. A contratação de aprendizes por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1º do art. 15, hipótese em que será realizado processo seletivo mediante edital, ou nos termos do § 2º daquele artigo.

Parágrafo único. A contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional observará regulamento específico, não se aplicando o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I

Da Remuneração

Art. 17. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Parágrafo único. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a [Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000](#).

Seção II

Da Jornada

Art. 18. A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias.

§ 1º O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§ 2º A jornada semanal do aprendiz, inferior a vinte e cinco horas, não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o [art. 58-A da CLT](#).

Art. 19. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 20. A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, cabendo à entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica fixá-las no plano do curso.

Art. 21. Quando o menor de dezoito anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de dezoito anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na [Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990](#).

Seção III

Das Atividades Teóricas e Práticas

Art. 22. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 2º A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 3º Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do programa de aprendizagem, o empregador que mantenha mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

§ 4º Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

Seção IV

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Art. 24. Nos contratos de aprendizagem, aplicam-se as disposições da [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#).

Parágrafo único. A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Seção V

Das Férias

Art. 25. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Seção VI

Dos Efeitos dos Instrumentos Coletivos de Trabalho

Art. 26. As convenções e acordos coletivos apenas estendem suas cláusulas sociais ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis.

Seção VII

Do Vale-Transporte

Art. 27. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da [Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985](#), que institui o vale-transporte.

Seção VIII

Das Hipóteses de Extinção e Rescisão do Contrato de Aprendizagem

Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- II - falta disciplinar grave;
- III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e
- IV - a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos deste Decreto, sob pena de infração ao disposto no [art. 429 da CLT](#).

Art. 29. Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 28 deste Decreto, serão observadas as seguintes disposições:

I - o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no [art. 482 da CLT](#); e

III - a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 30. Não se aplica o disposto nos [arts. 479 e 480 da CLT](#) às hipóteses de extinção do contrato mencionadas nos incisos do art. 28 deste Decreto.

CAPÍTULO VI

DO CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APRENDIZAGEM

Art. 31. Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único. O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar cadastro nacional das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade técnico-profissional.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revoga-se o [Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952.](#)

Brasília, 1º de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZINÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Marinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.12.2005

ANEXO C –

GRADE CURRICULAR - Capacitação ao Mercado de Trabalho

Objetivo Geral: Contribuir para formação sócio-educativa de adolescentes e jovens, visando a preparação dos mesmos para sua inserção ao Mercado de Trabalho, como: Estagiário de nível médio ou Aprendiz na área administrativa.

Disciplina: Ambientação / Legislação (Serviço Social)

Conteúdos:

Histórico do Camp/ Programa;

Missão, Visão, Valores da Instituição;
 Objetivos do Curso de Capacitação ao Mercado de Trabalho;
 Metodologia do Curso;
 Formas de encaminhamento;

Estágio - Lei 11.788/08

Legislação

Tipos de Estágio

Direitos e Deveres

Documentos

Atividades/Áreas

Acompanhamento

Desligamento

Aprendizagem – Lei 10.097/00

Legislação

Aprendizagem X Aprendiz

Aprendizagem Teórica

Aprendizagem Prática

Direitos e Deveres do aprendiz

Acompanhamento

Desligamento

Disciplina: Informática Básica(Docente)

Conteúdos:

Word/Excel; Utilização de e-mail via internet

Disciplina: Ambiente Corporativo(Docente)

Conteúdos:

Comunicação Eficaz (pessoal e por telefone)

Marketing Pessoal.

Relações Interpessoais.

Disciplina: Organização e Administração de Empresas (Básico) – (Docente)

Conteúdos:

Conceitos sobre o Mercado Corporativo.

O Ciclo das atividades das Empresas.

Como as empresas se constituem.

Tipos de empresas.

Objetivos da Organização.

Princípios de uma Organização.

Disciplina e ordem.

A importância do organograma de uma empresa (hierarquia, departamentos e cargos).

Finalidades das áreas: comercial, financeira, contábil, jurídica e recursos humanos.

Documentos comerciais e seus preenchimentos.

Conceitos sobre Arquivos.

Nomenclatura administrativa.

Disciplina: Processo Seletivo(Psicologia)

Conteúdos:

Orientação sobre processo seletivo: etapas, entrevista, dinâmica de grupo.

Elaboração de currículo.

<p>Procedimentos Metodológicos: Apresentações de conceitos. Atividades individuais e de grupo. Aplicação de teste. Apresentações dos Conceitos. Pesquisas Simulações de entrevistas Exercícios individuais/ Grupo. Apresentações de Projetos. Palestras.</p>
<p>Recursos Materiais: Sala de vídeos. Laboratório de Informática. Palestra de profissionais.</p>
<p>Horário</p> <p>Manhã: 8h às 12h / Intervalo: 10h10min às 10h30min</p> <p>Tarde: 13h às 17h / Intervalo: 14h30min às 14h50min</p>

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM - CURSO: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA PREVISTA PARA O PROGRAMA TEÓRICO

Distribuição da carga horária: Teoria: 552 horas.

ARCO	OCUPAÇÕES
1. Administração	a) Arquivador
	b) Almoxarife
	c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl)
	d) Auxiliar de Escritório/Administrativo

Arquivo: Desenvolver junto ao aprendiz a importância da organização de documentos na realização das atividades práticas do ambiente corporativo, neste módulo o mesmo aprenderá a manusear documentos variados, conservando, arquivando-os e desarquivando-os quando necessário.

Auxiliar de escritório/administrativo: Possibilitar ao aprendiz o conhecimento de diversas atividades administrativas, habilitando-o para o exercício prático destas, neste módulo o mesmo aprenderá a atender telefone com postura e vocabulário corretos, atendimento ao público, anotar recados, digitar planilhas eletrônicas, textos no Word, enviar e-mail e tratar documentos.

Almoxarife: Designar ao aprendiz a responsabilidade pelo depósito e distribuição de materiais dentro e fora do ambiente corporativo, registrar entrada e saída de materiais.

Contínuo/Office boy - girl: Apresentar conceitos básicos das Práticas Administrativas a serem desenvolvidas nos respectivos setores do ambiente organizacional, distribuir correspondências, malotes e documentos internamente para os (menores de 18 anos). Já no caso de maiores de idade é incluído sinalização de trânsito.

GRADE CURRICULAR

Módulo Básico:

Legislação: Informar ao Aprendiz os seus direitos e deveres em relação à Legislação no qual o jovem está inserido: (Lei da Aprendizagem), fazendo a relação teoria x prática.

Ética e Cidadania: Contribuir para a formação sócio-educativa dos jovens, tornando-o conhecedor de seus direitos e deveres.

Ambiente Corporativo: Criar condições para que o jovem se envolva de forma ativa na gestão de sua carreira profissional e desenvolva habilidades essenciais para integração ao ambiente corporativo.

Saúde e Prevenção: Valorizar o comportamento preventivo e responsabilidade social adequados e os impactos provocados na qualidade de vida e produtividade.

Segurança do Trabalho: Compreender a importância da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, assim como o cumprimento de regras de saúde, higiene e segurança do trabalho.

Informática I: Habilitar ao aprendiz na edição, criação de documentos, planilhas e elaboração de slides para executar atividades de cunho administrativos.

Língua Portuguesa: Desenvolver no Aprendiz a capacidade de leitura, interpretação, assim como melhoria na qualidade e enriquecimento do nível vocabular, utilizando a melhor forma de escrever e expressar na sua carreira profissional. **Matemática:** Possibilitar ao aprendiz uma visão ampla dos tópicos fundamentais da matemática, que poderá ser aplicada em suas rotinas administrativas.

Módulo Específico:

Práticas Administrativas I (Auxiliar de escritório/administrativo) **Objetivo:** apresentar conceitos básicos das Práticas Administrativas a serem desenvolvidas nos respectivos setores do ambiente organizacional.

Práticas Administrativas II (Contínuo Office boy/Office girl) **Objetivo:** possibilitar ao aprendiz o conhecimento de diversas atividades administrativas, habilitando-o para o exercício prático destas;

Práticas Administrativas III (Arquivista) **Objetivo:** desenvolver junto ao aprendiz a importância da organização de documentos na realização das atividades práticas do ambiente corporativo.

Práticas Administrativas IV (almoxarife) **Objetivo:** designar ao aprendiz a responsabilidade pelo depósito e distribuição de materiais dentro e fora do ambiente corporativo.

Matemática Comercial: Possibilitar ao aprendiz a realizar cálculos referentes a área financeira da empresa, ferramenta está que poderá ser realizada também em ambiente administrativos não necessariamente financeiros adequando-se a necessidade de cada aprendiz em sua rotina.

Informática II: Habilitar ao aprendiz na elaboração de planilhas de cálculos, no desenvolvimento de bancos de dados e na projeção de relatórios de cunho administrativos utilizando recursos tecnológicos.

Linguagem e Comunicação: Praticar com o jovem a compreensão da leitura junto com a elaboração de textos através do conhecimento praticado em sala de aula, estimulando e contribuindo para organização de suas ideias.

Estatística: Proporcionar ao jovem conhecimento necessário da disciplina referente a sua rotina administrativa.

Redirecionamento Profissional: Criar condições para que o jovem desenvolva instrumentos necessários à candidatura de um emprego ao término do contrato de aprendizagem.